



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

LICENCIATURA EM FILOSOFIA

**DISTINTAS VISÕES DAS TRÊS TESES DE GÓRGIAS DE LEONTINI
SE EXISTISSE E PUDESSE SER PENSADO, NÃO PODERIA SER EXPRESSADO**

ALYSSON LOPES DA COSTA

Foz do Iguaçu
2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

LICENCIATURA EM FILOSOFIA

**DISTINTAS VISÕES DAS TRÊS TESES DE GORGIIAS DE LEONTINI
SE EXISTISSE E PUDESSE SER PENSADO, NÃO PODERIA SER EXPRESSADO**

ALYSSON LOPES DA COSTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia

Orientador: Professor Dr. Rogério Gimenes de Campos

Foz do Iguaçu
2021

ALYSSON LOPES DA COSTA

**DISTINTAS VISÕES DAS TRÊS TESES DE GORGAS DE LEONTINI
SE EXISTISSE E PUDESSE SER PENSADO, NÃO PODERIA SER EXPRESSADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Dr. Rogério Gimenes de Campos
UNILA

Prof. Dr^a. Patrícia Nakayama
UNILA

Prof. Dr. Stefano Busellato
UNILA

Foz do Iguaçu, 21 de setembro de 2021.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor: ALYSSON LOPES DA COSTA

Curso: LICENCIATURA EM FILOSOFIA

		Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	<input type="checkbox"/> artigo	
<input type="checkbox"/> especialização	<input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso	
<input type="checkbox"/> mestrado	<input type="checkbox"/> monografia	
<input type="checkbox"/> doutorado	<input type="checkbox"/> dissertação	
	<input type="checkbox"/> tese	
	<input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais	
	<input type="checkbox"/> _____	

Título do trabalho acadêmico: DISTINTAS VISÕES DAS TRÊS TESES DE GÓRGIAS DE LEONTINI

Nome do orientador(a): PROFESSOR ROGÉRIO GIMENES DE CAMPOS

Data da Defesa: 21 / 08 / 2021

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

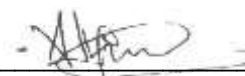
a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 21 de setembro de 2021



Assinatura do Responsável

*À minha mãe, que me influenciou e guia-me na
busca infundável pelo saber.*

AGRADECIMENTOS

À toda minha família, especialmente:

À minha *abuelita* Arlete F. Moreira, a melhor pessoa que já conheci.

A minha irmã Isabella M. Dourado, que continua a surpreender-me a cada dia.

À minha mãe Malta M. Dourado, a melhor mãe e professora de todas.

Ao meu padrasto Marciel C. N. Dourado, um ótimo pai e que me ensinou o valor do silêncio.

A minha tia Susana M. de Campos, a pessoa mais ética que conheço.

Ao meu filósofo mais estimado, Wilson J. de Campos.

Aos meus queridos amigos, na qual me proporcionam as lembranças mais felizes, especialmente:

À minha amiga Ana Clara L. Fank, que me ensinou o valor da *philia*.

À minha amiga Camila C. Lazzarini, a pessoa mais empática que conheço.

À minha amiga Ingrid Storniolo, que me ensinou viver em comunhão com as plantas.

À minha amiga Jéssica Mileide F. Neinas, que me ensinou a respeitar todos os seres vivos.

Ao meu amigo Miguel Storniolo, que me ensinou como viver sustentavelmente.

Ao meu amigo Thiago J. F. Paes, que me ensinou porque o saber é o mais forte dos afetos.

Ao meu amigo Vinícius de S. Waechter Bastos, que sem seus apontamentos e sua navalha este trabalho não seria possível.

Ao meu amigo Wellington Douglas F., que me ensinou o valor da arte, da rima e do canto.

Aos meus queridos professores da UNILA, especialmente:

Ao meu paciente e carinhoso orientador Rogério Gimenes de Campos, meu primeiro mestre das línguas clássicas e que enquanto atravessávamos o rio Ilisso mostrou-me que οὔτε γὰρ ἄν γνοιῆς τό γε μὴ ἔδν - οὐ γὰρ ἀνυστόν - οὔτε φράσαις.

À minha estimada professora Patrícia Nakayama, que me acompanhou desde o início da graduação com inolvidáveis e pertinentes ensinamentos.

Não se retém quase nada sem a ajuda de palavras, e as palavras quase nunca são suficientes para transmitir precisamente o que se sente.

*“Pensées Détachées sur la Peinture” in: “Oeuvres de Denis Diderot”, v.4, p. 530, **Denis Diderot** – A. Belin, 1818*

COSTA, Alysson Lopes da. **Distintas visões das três teses de Górgias de Leontini: se existisse e pudesse ser pensado, não poderia ser expressado.** 2021. 46 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Filosofia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

Objetiva-se neste trabalho de conclusão de curso analisar como o discurso gorginiano *Sobre a Natureza ou Sobre o não-Ente* vem sendo compreendido pelas/os estudiosas/os. As/os estudiosas/os chegaram a distintas interpretações do que Górgias de Leontini escreveu e, em geral, chegaram em desavenças, motivo pelo qual pretendemos apresentar algumas interpretações filosóficas importantes, como a de M. Untersteiner, B. Cassin e Josiane T. Martinez, procurando estabelecer um breve quadro sobre os desdobramentos das três teses apresentadas no discurso remanescentes do sofista e as articulações entre a *Defesa de Palamedes* e o *Elogio à Helena* propostas pelas/os estudiosas/os mencionados. Nosso estudo procura entender o pensamento do sofista para além do rótulo de cético e mostrar a pertinência e a atualidade dos seus discursos para a filosofia.

Palavras-chave: Górgias de Leontini. *Lógos*. Filosofia grega antiga. *Sobre a Natureza ou Sobre o não-Ente*. *Elogio à Helena*. *Defesa de Palamedes*.

COSTA, Alysson Lopes da. **Distinct views of Leontini's three Gorgias theses: if it existed and could be thought of, it could not be expressed**. 2021. 46 pages. End of Course Paper in a Degree in Philosophy – Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

The aim of this end-of-graduation-course paper is how the Gorginian discourse *On Nature or On Non-Being* has been understood by scholars. Scholars arrived at different interpretations of what Gorgias of Leontini wrote and, in general, they arrived at disagreements, given that, we intend to present some prominent philosophical interpretations of M. Untersteiner, B. Cassin and Josiane T. Martinez in order to establish a brief picture of the ramifications of the three theses presented in the remaining discourse of the sophist and the articulations with the *Defense of Palamedes* and *Encomium of Helen* proposed by the scholars mentioned. Our study seeks to understand the thinking of the sophist beyond the label of skeptic and show the relevance and timeliness of their discourse to philosophy.

Keywords: Gorgias of Leontini. *Logos*. Ancient Greek Philosophy. *On Nature or Non-Being*. *Encomium of Helen*. *Defense of Palamedes*.

COSTA, Alysson Lopes da. **Puntos de vista sobre las tres tesis de Gorgias de Leontini: si existía y podía pensarse, no podía expresarse.** 2021. 46 páginas. Trabajo de fin de curso de la Licenciatura en Filosofía - Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguazú, 2021.

RESUMEN

El objetivo del trabajo de conclusión de este curso es analizar cómo los estudiosos han entendido el discurso gorginiano sobre la naturaleza o sobre el no-ser. Los estudiosos llegaron a diferentes interpretaciones de lo que escribió Gorgias de Leontinos y, en general, llegaron a desacuerdos, dado que pretendemos presentar algunas interpretaciones filosóficas destacadas de M. Untersteiner, B. Cassin y Josiane T. Martinez con la intención de establecer un breve cuadro sobre el desarrollo de las tres tesis presentadas en el discurso restante del sofista y las articulaciones con la *Defensa de Palamedes* y el *Elogio de Helena* propuestas por los estudiosos mencionados. Nuestro estudio busca comprender el pensamiento del sofista más allá de la etiqueta de escéptico y mostrar la importancia y pertinencia de sus discursos a la filosofía.

Palabras clave: Gorgias de Leontinos. *Lógos*. Filosofía griega antigua. *Sobre la naturaleza o sobre el no-ser*. *Elogio de Helena*. *Defensa de Palamedes*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DK	Diels & Kranz
MXG	Anônimo Pseudo-Aristóteles
S	Sexto Empírico
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS DOS DISCURSOS DE GÓRGIAS DE LEONTINI

DP	Defesa de Palamedes
EH	Elogio à Helena
SN	Sobre a Natureza ou Sobre o não-Ente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. AS TRÊS DISTINTAS ANÁLISES SOBRE A NATUREZA DE GÓRGIAS	15
2.1 INTERPRATAÇÃO DE MARIO UNTERSTEINER.....	15
2.1.1 A dramática culpa de Helena	17
2.1.2 O angustiante discurso de Palamedes	22
2.1.3 A gnosiologia no <i>Sobre a Natureza</i>	25
2.2 INTERPRATAÇÃO DE BARBARA CASSIN	30
2.2.1 <i>Sobre a Natureza</i> de Górgias versus o <i>Poema</i> de Parmênides	31
2.2.2 O <i>ser</i> como um efeito do dizer.....	33
2.3 INTERPRETAÇÃO DE JOSIANE T. MARTINEZ.....	36
2.3.1 Verdade em Górgias como construção discursiva	37
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Neste presente trabalho de conclusão de curso trataremos de algumas distintas interpretações dadas ao discurso *Sobre a Natureza ou Sobre o não-Ente* (SN)¹, de Górgias de Leontini. O sofista já foi estudado exaustivamente, motivo pelo qual não pretendemos recensear tal vasta recepção e isso nem seria imaginável. Porém, almejamos apenas agregar algumas comentadoras/es importantes que, ao explicarem Górgias, circunscrevem algumas de suas principais características, as quais serão importantes para compor, se possível, um quadro de sua concepção de discurso/palavra (*logos*) e a relação desta com as coisas efetivas (*pragma*).

Os textos de Górgias que nos chegaram receberam atenção especial das/os estudiosas/os² e, muitas vezes, retoma-se a indagação acerca do que ele efetivamente significa. Partimos do pressuposto que provavelmente seu intuito era de expor e criticar as noções fundamentais dos filósofos de seu tempo acerca da realidade, pensamento e linguagem. Resumidamente, Górgias evidencia as propriedades contraditórias nos discursos dos filósofos do *ser* e também revela que eles não eram tão atentos à argumentação, ou seja, à sua própria lógica-discursiva.³

Esse discurso por muitas vezes foi deixado de lado, desvalorizado como doxografia, especialmente por presumirem que o discurso tinha como intuito ser um mero exercício retórico que detrata as indagações filosóficas acerca do existente, do pensamento e das palavras, uma espécie de jogo ou brincadeira (*paignion*) retórica em torno do discurso (*logos*). Mesmo se for um jogo ou brincadeira (*paignion*), o exercício possui indagações sérias que reverberam ainda na atualidade da sua interpretação, especialmente acerca da noção de *ser*, acerca da autonomia ou fronteira do *logos* em sua correlação com as coisas

¹ Ver Untersteiner, M. *A obra dos Sofistas – uma interpretação filosófica*. Trad. Renato Ambrósio – São Paulo (2012), Untersteiner nos aponta que o título conservado pelo Sexto Empírico em *Adversus Mathematicos* é instigante por ser um título comum para diversas obras filosóficas dos antigos e também, o autor observa a semelhança com o título da obra de Melisso (2012, p. 222).

² Ver a monografia de Daniela B. Furtado (2018), a dissertação de mestrado de Anúzia G. C. Brígido (2016) e a dissertação de mestrado de Claudiano A. dos Santos (2008).

³ Ver Cordero, *A invenção da Filosofia* (2011a). Como observa Néstor L. Cordero, é profícuo analisar os discursos que chegaram até nós de Górgias vinculando a sua atividade de ensino remunerado e em certa medida, tal abordagem compreende seus discursos como meros exercícios retóricos com “certas” concepções linguísticas e com alguns fundamentos ontológicos. Em suma, Cordero observa que as obras gorginianas eram uma espécie de propaganda de suas habilidades e que atacava as bases dos pensamentos filosóficos como estratégia para invalidar suas construções e evidenciar suas próprias habilidades discursivas performáticas e assim, causar polêmicas entre os helenos (2011a, p. 135).

apreendidas pela nossa percepção e nossa cognição.⁴

A figura de Górgias não destoa muito da maioria dos documentos da antiguidade que chegaram até nós, a maioria chegando por autores posteriores em paráfrases, comentários ou fragmentos. Recebemos duas versões⁵ do SN, a versão do Anônimo Pseudo-Aristóteles, encontrada em *De Melisso, Xenófanés e Górgias* (MXG, 979a12-980b22) e a versão encontrada no *Adversus Mathematicos*, de Sexto Empírico (S. VII, 65-87). Na maioria das vezes, as/os autoras/es preferem a versão de Sexto por ser menos problemática filologicamente⁶ e embora MXG não esteja em um bom estado de conservação, tem informações pertinentes que não consta na versão de Sexto.

As/os estudiosas/os partiram e chegaram a distintos pontos de interpretação do que Górgias diz e, em geral, estão em desacordo metodológico. Dado isso, para realizar o nosso objetivo, abordaremos brevemente o fio condutor das interpretações das/os estudiosas/os e seus desdobramentos separadamente, visando fazer um breve recenseamento das abordagens metodológicas e seus frutos mais promissores. Seguiremos as traduções de Martinez (2008) para o *Defesa de Palamedes* (DP) e para o *Elogio à Helena* (EH)⁷ e nas duas versões do SN seguiremos a tradução de Dinucci, Rodrigo Pinto de Brito e Rafael Huguenin (2017) e também, a tradução da versão de Sexto Empírico do SN e o EH, de Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (1999), assim como, também usaremos como base para eventuais traduções do EH a versão de Dinucci (2017). Realizaremos em alguns pontos comparações entre as traduções do SN, a de Cassin (2005), de Martinez (2008) e de Dinucci (2017).

Apresentaremos de modo esquemático as análises de Untersteiner (2012), Cassin (2005) e Martinez (2008), já que partem de um pressuposto comum, de que há indagações pertinentes à filosofia no SN. Cabe, ao mesmo tempo, apresentar brevemente

⁴ Ver Kerferd, G. B. Górgias on Nature or That Which Is Not, *Phronesis* 1, n. 1, p. 3-25 (1955). George B. Kerferd é enfático em afirmar que a real preocupação de Górgias no SN não era se existe ou não existência/realidade, mas sobre o estatuto dos objetos apreendidos pela percepção, a saber, se o verbo 'ser' (*einai*) se sustenta ou se é capaz de ser usado como predicado sem levar a contradições lógicas (1955, p. 5). Aponta também que quando o discurso não é levado a sério tende a ser pela suposição que a intenção do autor é meramente um *paignion* retórico, ou um mero exercício retórico, ou seja, pela sua natureza altamente técnica (*ibid.*, p. 3).

⁵ Normalmente se crê que as duas versões são uma espécie de resumo, ou uma paráfrase de uma versão maior que foi abreviada, evidentemente cada versão possui suas distinções, tanto de estilo como de complexidade e dado a atribuição da tese central à Górgias por Sócrates (DK82 B1) é válido supor que se trata mesmo de paráfrases.

⁶ Ver Martines, J. T. *A Defesa de Palamedes e sua articulação com o Tratado sobre o não-ser de Górgias* (tese de doutorado) / -- Campinas, SP: [s.n.], 2008, p. 5.

⁷ Uma prévia da tradução de Dinucci foi publicada na revista *Ethica*, n. 16, 2009.

as análises dos discursos EH e a DP das/os autoras/es, e isso se dará pelas articulações propostas por Untersteiner e Martinez, também pertinentes para compreender o entendimento do fio condutor das linhas interpretativas do pensamento gorginiano.

É possível que algumas passagens possam aparentar ser uma repetição insípida, ou até mesmo dispensável, dado que são análises dos mesmos documentos, mas acreditamos, pelo contrário, que não sejam desnecessárias. Na realidade, partimos do pressuposto que sejam dignas de consideração tais repetições, dado nossos objetivos de assinalar, ressaltar e, se possível, discernir as semelhanças e dissemelhanças das abordagens metodológicas e dos tratamentos mais relevantes.

Ademais, buscaremos fornecer nas notas de rodapé considerações complementares para possibilitar aprofundamento na temática sem fugir do fio condutor do trabalho. Também preferimos colocar as indicações bibliográficas das fontes das citações nas notas para manter o corpo do texto menos carregado. As referências à fragmentos e testemunhos de Górgias que aludimos nessas notas, podem ser encontradas na obra *Górgias de Leontinos* (2017) organizada por Dinucci, que traz também fragmentos e testemunhos traduzidos para o português por Luís Márcio Fontes.

2. AS TRÊS DISTINTAS ANÁLISES SOBRE A NATUREZA DE GÓRGIAS

Neste capítulo exibiremos as interpretações do SN de Mario Untersteiner (2012), Barbara Cassin (2005) e Josiane T. Martinez (2008). Nosso objetivo é trazer à tona algumas recepções distintas e posteriores à última edição de *Die Fragmente der Vorsokratiker*, elaborada por H. Diels e reeditada por W. Kranz (1952). Acreditamos que existe uma espécie de movimento que buscou diferenciar-se do tratamento da edição de Diels-Kranz (DK), na qual os documentos doxográficos são apresentados por um método de classificações temáticas que envolve claramente uma interpretação unitária dos pensadores antigos.⁸ As/os comentadoras/es posteriores que buscamos apresentar aqui também se aproximam entre si por analisarem o pensamento gorginiano de forma “individualizada”, ou seja, sem necessariamente relacioná-lo com os outros sofistas e, desse modo, deixando os “textos falarem por si só.”

2.1 INTERPRATAÇÃO DE MARIO UNTERSTEINER

O estudioso e tradutor da tragédia ática Mario Untersteiner (1899-1981), em *A obra dos Sofistas: uma interpretação filosófica* (2012)⁹, reconstrói o pensamento dos sofistas da primeira geração à luz de uma interpretação filosófica, sem relacionar com os sofistas ficcionais apresentados nos diálogos platônicos. Untersteiner ressalta de forma inovadora para sua época a manifestação trágica¹⁰ presente no pensamento de Protágoras, Pródico, Hípias e Górgias.

O autor elabora um movimento que aparenta ser oportuno em seu tempo, reabilitar aspectos da tradição literária trágica e com um caráter “humanístico”¹¹ em sua

⁸ Ver Aldo Dinucci. *Górgias de Leontinos*. São Paulo: Oficina do livro, 2017. Como aponta Luís Márcio Fontes, a omissão mais marcante relativa à Górgias feita por Diels é sobre a paráfrase do MXG (DINUCCI, 2017, p. 120 n. 83)

⁹ Escrito na década de quarenta, com o título original *I Sofisti* (1949). Utilizamos a segunda edição feita vinte anos depois da primeira que acrescenta as polêmicas (nas notas, pois o autor quis preservar o raciocínio empregado na primeira edição) discussões dos comentadores acerca de posições e elementos textuais comumente aceitos. Trad. Renato Ambrósio.

¹⁰ Untersteiner explora essa temática de forma aprofundada em *As origens da tragédia* (1942) e em *A fisiologia do mito* (1946), vide 2012, p. 9. A tragédia grega é um dos gêneros literários da Grécia Antiga mais aclamados e interligados com a poética, apresentava tramas que envolviam personagens entrelaçados em infortúnios e momentos dramáticos na qual abordavam e representavam peças e discursos.

¹¹ Untersteiner observa o caráter “humanístico” de Górgias ao analisar os nexos dos casos presentes nos discursos EH e DP na qual manifestam situações dramáticas e os conflitos apresentados que exemplificam a vivência dos seres humanos, afirma: “[q]uem vive, podemos dizer, repetindo o mesmo conceito transportado do objetivo ao subjetivo,

leitura individualizada das obras de Górgias. Não obstante, o autor aponta que esse escopo específico e até mesmo o padrão argumentativo apagógico¹² presente no *Defesa de Palamedes* (DP) e no *Elogio à Helena* (EH) são insuficientes para justificar uma unidade dos três discursos (até mesmo os alvos polêmicos que comumente acredita-se que Górgias atacava) e isso advém das problemáticas distintas que cada um enfrenta, ainda que correspondam à sua trágica do saber.¹³ Em suma, o autor aponta que as diferenças se dão porque “[...] no *Elogio* as aporias trágicas são criadas pela ambivalência do *logos* que age como sugestão, enquanto na *Defesa de Palamedes*, ao contrário, o *logos* se articula em todas as suas possibilidades, até que se descubra o contraditório”.¹⁴

Untersteiner (2012) parte do pressuposto que os dois discursos (DP e EH) mostram os mecanismos gnosiológicos que entram em operação no polêmico SN.¹⁵ De fato, seu alvo é embasar uma leitura específica com um escopo nos processos dramáticos esclarecidos no discurso angustiante de Palamedes e na dramática culpa de Helena.¹⁶ De acordo com o autor, esses processos dramáticos da consciência apresentados pelas figuras míticas trazem à tona a “[...] transparência de termos especulativos, os conflitos que a tragédia ática tinha apresentado e continuava a apresentar na concretude humana das paixões e das vontades individuais.”¹⁷

Untersteiner afirma:

Górgias, mais do que qualquer outro sofista, chegou a estabelecer um feliz

deve ter bem claro que o conhecer e o sentir são percursos dados pelos ritmos de um conflito e, por isso, são trágicos” (2012, p.219).

¹² Ver Spatharas, D. G., “Patterns of Argumentation in Gorgias”, *Mnemosyne*, vol. 54, n. 4, p. 393–408 (2001). Spatharas examina e esquematiza as formas argumentativas recorrentes nos três discursos gorginianos, a saber, (1) argumentos de verossimilhança; (2) de antinomia; (3) de teorização em conjunto com exemplos; e (4) apagógico ou “boneca russa” (este último o autor adiciona com relutância). Sua intenção instala-se em uma espécie de reabilitação perante a afirmação platônica no *Fedro* (267a), na qual Platão destaca os argumentos da probabilidade de Górgias afirmando a preferência do sofista por *eikota* ao invés da verdade factual (2001, p. 393). Para combater tal visão platônica e confrontar a visão de que os raciocínios gorginianos eram simplistas, o autor esmiúça os padrões de raciocínio citados acima. Mostra-se relevante seu exame estrutural dos padrões de raciocínios ou tipos de raciocínios gorginianos, por principalmente não intrometer demandas hipotéticas de um pensamento filosófico em Górgias e pela clareza de compreensão do tormento dos estudiosos em geral, a saber, verem que o termo ‘*it*’ em SN é fundado em noções filosóficas dos pré-socráticos e refere-se a uma visão do mundo fenomênico do sofista (2001, p. 399). Como nos aponta Untersteiner, podemos encontrar as propriedades fundamentais desse método demonstrativo no pensamento aristotélico em *Analíticos I* 45a-46a/ 61a-61b (2001, p. 201). O método apagógico parte da seleção de argumentos da tese oposta e com intuito de demonstrá-los para refutá-los.

¹³ UNTERSTEINER, 2012, p. 256.

¹⁴ UNTERSTEINER, 2012, p. 213.

¹⁵ UNTERSTEINER, 2012, p. 215.

¹⁶ UNTERSTEINER, 2012, p. 220 *et seq.*

¹⁷ UNTERSTEINER, 2012, p. 218.

ponto de contato construtivo entre o belo que tinha sido completado, na esfera do mito, pela fantasia de Píndaro, e o trágico, que a tragédia tinha proclamado diante das consciências, extraíndo-o do mistério do mito (UNTERSTEINER, 2012, p. 164-165).

Untersteiner destaca a articulação da concepção do *logos* gorginiano e o momento literário da época, especialmente o pano de fundo trágico. Ao levar isso em conta, afirma que “[...] a ideia que Górgias conseguiu apresentar – tudo é trágico – articula-se em cada um de seus momentos dialéticos, e renova-se continuamente em todas as experiências”.¹⁸ Enfim, de tal modo buscou dar uma voz enfática ao aval irracional evidenciado pela palavra/discurso (*logos*) gorginiano em sua rigorosa discursividade-lógica.¹⁹

2.1.1 A dramática culpa de Helena

Como dito anteriormente, para manifestar a confluência dos três discursos propostos por Untersteiner em seu escopo interpretativo, discorreremos sobre o *Elogio à Helena* (EH)²⁰. Neste discurso temos uma reflexão sobre os efeitos das palavras (*lógos*), sua relação com a verdade factual e sobre o encantamento pela beleza (*kalon*), assim como estão todos sujeitos ao engano (*apate*) pela persuasão (*peitho*).

O sofista analisa a conduta da mítica Helena em vista de isentá-la da culpa, indagando os possíveis motivos que a levariam a abandonar seu lar e fugir com Páris para Tróia.²¹ Com certeza, como aponta o sofista, louvamos as ações e palavras louváveis e

¹⁸ UNTERSTEINER, 2012, p. 297.

¹⁹ UNTERSTEINER, 2012, p. 164 et seq.

²⁰ Preferimos o uso do termo *Elogio* ao invés de *Apologia*. Aderindo a um posicionamento inverso ao do discípulo de Górgias, Isócrates. Em sua réplica (ao que tudo indica) do *Elogio à Helena* de Górgias, afirma que o título dado pelo seu mestre é impreciso, seria mais uma apologia, ao invés de um elogio (*egkomion*, 14, 15). Acerca da obra de Isócrates, ver a tradução de Lacerda, T. C. E. *Contra os Sofistas e Elogio de Helena* de Isócrates: tradução, notas e estudo introdutório (2011). Assim como em O Elogio de Isócrates: réplica a Górgias e a unicidade de seu discurso epidítico, *Codex - Revista de Estudos Clássicos*, v. 5(1), p. 61-76. (2017). Lacerda, salienta pontos interessantes acerca do problema de classificação dos discursos epidíticos e a problemática das diversas interpretações do *Elogio* de Isócrates; primeiramente que a composição do *Elogio* de Górgias é anterior à *Retórica* de Aristóteles e também é evidente que Isócrates possa não proceder conforme os termos aristotélicos, por conseguinte, não é claro o que ele entendia por *egkomion*. De fato, até mesmo nas discussões com seus contemporâneos não podemos saber de fato o que eles entendiam por *egkomion* (2017, p. 72).

²¹ A versão utilizada por Górgias é a das epopeias na qual Helena fugiu com Páris para Tróia, diferente das revisões do mito que negam sua ida. A principal fonte histórica que sustenta uma revisão da Helena é a presente no *Fedro* (243a-b), de Platão, lá nos conta que Estesícoro ficou cego ao caluniar Helena e para reverter tal cegueira realiza uma antiga forma de purificação que consistia em redigir uma palinódia. Cf. Sider, D. “The blinding of Stesichorus”, *Hermes*, 117. p.

infligimos repreensão ao indigno, se por eventualidade acontece o contrário acaba-se sendo por um erro de cálculo da alma (*psique*). Górgias aponta que a infâmia de Helena se dá por esse cálculo errôneo, precisamente esse é o seu exórdio (EH, 1-2):

A concepção de *lógos* presente no EH tem seus vínculos com o *lógos* da poética²² na qual se manifesta a capacidade (*dynamis*) do *lógos* de engendrar dores e intensificar prazeres, de modo que possui um potencial para realizar uma mudança de ânimo (EH, 8-10). Untersteiner considera que essa potencialidade entre *logos* e ânimo expressa o fator “universalizador” dos discursos (*logoi*) nas experiências pessoais e que fluem para as múltiplas experiências alheias.²³ Untersteiner afirma:

Essa universalização da experiência artística é figurada por Górgias quando apresenta os efeitos da tragédia em quem está prestes a escutá-la: além do terror e da piedade, ele diz, ela suscita “um pesar que acaricia a dor” (*póthon philopenthes*). Aqui temos o ápice da experiência poética, pela qual o indivíduo se eleva até uma visão humana capaz de sentir a dor alheia e compreendê-la” (UNTERSTEINER, 2012, p. 185).

Na análise dos possíveis motivos²⁴ que levaram Helena à tal situação,

363-368, (1989). David Sider nos apresenta os elementos da história da cegueira e se preocupa com a reconstrução mais direta possível acerca da cegueira e a cura de Estesícoro. Cf. Woodbury, L. "Helen and the Palinode." *Phoenix* 21, n. 3 (1967). Segundo Woodbury, a razão para tais inovações são uma evolução moral e literária, foi feita por um desejo de limpar o nome de Helena e para isso é necessário mostrar que ela nunca esteve em Tróia. Diferente de Estesícoro, Heródoto (2.112-120) não cita *eidolon*, contudo concorda em contradizer o relato homérico. Cf. Juffras, Diane M, "Helen and other victims in Euripides 'Helen'", *Hermes*, 121. Bd., H. 1, p. 45-57 (1993), que apresenta e analisa a peça de Eurípides, apontando que Helena é como uma vítima diferenciada da guerra, ela desfruta de um grau elevado de liberdade em comparação às restrições de outras vítimas, do modo que seus sofrimentos são meramente transitórios, exceto o sofrimento gerado pelo suicídio de seus parentes por causa da vergonha causada pela Helena (211-28). Nesta análise, Juffras aponta haver “duas” Helenas com características distintas; a primeira apresentada no início da peça, a inocente que jamais foi a Tróia, ficando em custódia no Egito e em seu lugar foi um *eidolon* à Tróia. A segunda assemelha-se a Helena da estrutura tradicional poética que necessita ser resgatada no Egito. Uma característica importante da reformulação euripidiana é a distinção do real e a aparência superficial, assunto chave no debate contemporâneo, pois a "nova" Helena euripidiana é como um modelo dessa falta de confiança no conhecimento sensível pela transitoriedade dos humanos. Portanto, a intertextualidade do papel do *kalon* serve como exemplo na tragédia para a reflexão sobre a verdade e sobre a beleza. Diferente dessas revisões, em Safo, contemporânea de Estesícoro, não vemos tal movimento revisionista de Helena. Embora explique que a beleza e o desejo do belo isenta quaisquer considerações éticas, de tal modo que Safo mantém a narrativa homérica. Embora que evidências mais célebres, as de Platão e Isócrates não nos digam nada sobre o paradeiro de Helena durante a guerra, Dio Crisóstomo (discurso de *Trojan* 11.37 e seg.; cf. 1.126 de Arnim) exhibe um resumo das três versões e suas diferenças: (1) de Homero, na qual Helena acompanhou Paris a Tróia; (2) de Estesícoro, mencionando que Helena nunca foi a lugar algum; (3) a atribuída a diferentes fontes, disseram que Helena foi levada para o Egito por Páris ao invés de Tróia.

²² De fato, alguns fragmentos preservados sobre Górgias citam que seu estilo linguístico era incomum para os atenienses, com adereços do estilo poético e suas figuras de linguagem próprias, acerca disso vide: Dionísio de Halicarnasso, *Sobre Lísias* 3 (>DK A4) e Diodoro Sículo, *Biblioteca História* XII 53-54.1 (>DK A4); Siriano, *Comentário a Hermógenes* I 11.20-23 (= DK A29).

²³ UNTERSTEINER, 2012, p. 183 *et seq.*

²⁴ Os motivos apresentados por Górgias são (EH 6): pelo ultimato da divindade, pela violência (*bia*), pela força do discurso (*logos*) ou, pelo amor (*eros*). Tais motivos permitem à Górgias manifestar a função eudemonística do *logos* (EH 8).

Górgias esclarece os diversos conflitos entre os discursos (*logoi*) que temos da mítica Helena²⁵ e o poder das coisas sobre nós, visto que, de acordo com o sofista, ao compreendermos as conjecturas que a arrebataram, teremos que redimi-la necessariamente da ignomínia (EH, 20).

Como aponta Untersteiner:

Helena merece ser absolvida em qualquer caso. Um deus, a violência, o *lógos* ou a necessidade podem ter determinado sua ação. Qualquer uma dessas forças que venha a ser reconhecida como responsável pelo que Helena fez, ela não merece ser acusada (UNTERSTEINER, 2012, p. 168).

Assim, se foi levada por uma intensa necessidade, ou se foi raptada, ou por um mandamento do divino (em certa medida, uma força sobrenatural na qual se expressa de várias formas para os gregos), ou pela sabedoria, pela violência (*bia*) e outras capacidades, as quais não poderia evitar, por ser sua potência (*to kresson*) sumamente mais fraca, de modo que foi dominada por essas forças (EH, 6).²⁶

Especificamente sobre o decreto do divino, Untersteiner afirma:

O conceito é aqui, em sua essência, sobretudo religioso e inclui, conseqüentemente, no que concerne à divindade, em todas as suas manifestações (*theoi*), os atributos da violência, da sabedoria e de todos os outros dotes materiais e espirituais. A divindade, por sua natureza de *kreitton*, tende a acolher em si todo atributo possível e consistir em algo abstrato (UNTERSTEINER, 2012, p. 169).

Como já dito, a propriedade do *lógos* também impacta a alma (*psique*)²⁷ e erra quem compreende que o persuadido e constrangido merece desonra, na realidade, é aquele quem persuadiu e enganou (*apate*)²⁸ de modo perverso ou violentou que merece

²⁵ Ver Austin, N. *Helen of Troy and Her Shameless Phantom*, Cornell University Press; Edition Unstated (2008), que aponta que uma das ambições intelectuais e principal tópico de debates entre filósofos e matemáticos da Grécia no século V a.C é representada pela ambigüidade ontológica e pela disjunção entre essência e aparência provocada pelo caso de Helena. Como também é um dos principais temas da tragédia ateniense, o retrato da mitológica Helena das epopeias usada pelo Górgias é a da mulher que se percebe no enredo trágico tecido pelas divindades e está consciente desse escândalo duplo, a saber, primeiramente por ir com um estrangeiro e abandonar sua família e depois ser forçada a voltar. Desse modo, prefere o prazer ao invés da honra e, até mesmo na trama revisionista da mítica Helena, as forças motrizes de sua ação continuam sendo honra e vergonha.

²⁶ UNTERSTEINER, 2012, p. 168 *et seq.*

²⁷ Ver Charles P. Segal, em *Gorgias and the Psychology of the Logos*; Harvard Studies in Classical Philology. V. 66, p. 99-155 (1962). Segal, apresenta um vasto estudo dos processos psíquicos em um estudo análogo com os fenômenos fisiológicos e também aponta que Helena é, de certo modo, exaustivamente baseada em uma análise da ação humana em termo de causalidade emocional. Também procura realçar que a ausência de uma teoria ontológica sistemática em Górgias não exclui a possibilidade de haver alguma base 'psicológica' em seus pressupostos. (1962, p. 102)

²⁸ O autor distingue *apate* de *pseudos*, baseado em uma passagem de Tucídides (III, 43, 2). Na qual a primeira é 'engano', está vinculada a uma ação criativa amoral, um ato do intelecto e a segunda exprime um valor ético, a 'falsidade'.

descrédito (EH, 12). Assim, o discurso/palavra é análogo ao poder dos medicamentos (*pharmakon*) no corpo, “umas encantam, outras amedrontam, outras estabelecem confiança nos ouvintes, outras ainda, através de sórdida persuasão, envenenam e enganam a alma” (EH, 14). Certamente, não é o poder persuasivo do *lógos* em si que é imoral, mas o locutor que o usa para envenenar a *psique*. Da mesma forma, os medicamentos podem ser usados para curar ou para envenenar o corpo.

Por exemplo, quando temos o acabado entendimento que os albatrozes e petréis são aves migratórias, ou seja, temos fortes justificativas para crer nisso, dado as nossas informações prévias sobre tais aves, como as informações que são aves oceânicas e somente em casos raros beiram-se ao solo, não seremos facilmente ludibriados por discursos que dizem o contrário, que albatrozes e petréis não são aves migratórias. Realmente, somente mudaríamos de opinião se nos fossem apresentadas justificativas melhores para crer no contrário e também em um momento oportuno (*kairos*)²⁹.

Com efeito, quando nossas justificativas são frágeis, somos facilmente persuadidos por um discurso-lógico e, como aponta o sofista, tal persuasão pode engendrar diversas paixões. Tal como se alguém fosse efetivamente convencido por um ouvir-dizer que um ente querido faleceu, naturalmente seria afetado por tais palavras, engendrando tristeza etc. Como afirma o sofista, “[...] a opinião, sendo incerta e inconstante, lança a incertos e inconstantes sucessos os que a ela se confiam” (EH, 11).

Sobre a persuasão (*peitho*) para o espírito helênico, Untersteiner nos esclarece que:

Ora é reconhecida como dotada de natureza racional, como se manifesta pelas palavras de Atena nas *Eumênides* de Ésquilo (vv. 885, 970-975), ora,

(UNTERSTEINER, 2012, p. 173). Igualmente o autor aponta a evidência que é mais sábio se deixar enganar pelo *mythos*, pois se confunde arduamente o que vê na criação artística a partir de uma visão moralista (2012, p. 183). Um exemplo pode ser as experiências dos teatros na Grécia, na qual aquele que se deixar enganar pelo poder das palavras dos artistas (*apate dikaia*, cf. DK 82B23) nas peças, estão mais dotados de sensibilidade e sabedoria e igualmente seria absurdo chamar os atores das peças de mentirosos. Emaranhar-se em uma leitura que não compreenda a tal distinção pode causar deslizes interpretativos.

²⁹ Como aponta Luis Márcio Fontes (DINUCCI, 2017), houve uma mudança de significado do termo *kairos* na antiguidade, de ‘bom gosto’ e na época clássica ‘momento oportuno’, o autor nota isso na menção à Górgias no fragmento de Dioniso de Halicarnasso, *Sobre Iseu 19,2* (= DK A 32) em que afirma que Górgias tinha o *kairos* como temática e foi o primeiro a escrever sobre o tema, embora tenha escrito de forma inconsistente. (*ibid.*, p. 148 n. 112). Acerca da análise do termo *kairos* (momento oportuno) em Untersteiner, a uma relação de persuasão (*peitho*), o engano (*apate*) e *kairos*, afirma que: Essa função do *kairos* tem sua origem na doutrina pitagórica dos contrários que, ligados pela *armonia*, dão vida ao universo. A importância conferida a um *lógos* ou ao oposto dele é obra do *kairos* e o efeito é, justamente, *apate* (2012, p. 177).

ao contrário, irrompe com toda a potência de um furor daimônico contra quem violou a justiça, como diz o mesmo poeta no *Agamênon* (vv. 386-387): “prorrompe violenta a desgraçada Persuasão (Peithô), criatura que não deve cumprir sua maturação e que é filha de Ate e a decisão prepara. Todo remédio é vão”. É uma entidade daimônica, que “age por meio da violência (Biaíôs), em vez de induzir o outro a uma decisão livre suscitando um conhecimento... Assim, o valor do *lógos* parece em Ésquilo assumir um aspecto problemático, e a essa conclusão ele chega justamente em uma época em que a eloquência política iniciava seu império. Tem-se assim uma cisão no conceito de *lógos*, pois ele pode ser razão e violência, força espiritual e poder daimônico. (UNTERSTEINER, 2012, p. 172)

Realmente, se tivéssemos a presciência das coisas vindouras, o discurso não teria tanto poder sobre nós (EH,11), isso advém do poder persuasivo (*peitho*) do *lógos* em que somente existe diante da debilidade e mutabilidade de nossas opiniões (*doxai*) e se tivermos justificativas para crer tanto sobre algo como em seu contrário. E quando não é evidente, qual é a melhor ação ou o melhor discurso?

Aclarando o tema, Untersteiner nos diz:

Górgias tinha experimentado essa antítese, que opunha um sistema filosófico a outra, anulando-os no âmbito puramente lógico, e salvando-os no domínio prático, mediante a intervenção de uma força, a “persuasão”, que, por sua ambivalência, não dissipava a antíteses radical das coisas. Quando pensamos no homem Górgias, que lança seu olhar ansioso, em uma época conturbada como foi a sua, sobre os sistemas filosóficos, sobre a prática jurídica, sobre as sutilezas dialéticas, é fácil imaginar reproduzida nele a angústia de Helena [...] (UNTERTEINER, 2012, p. 220).

Untersteiner afirma que as expressões dos fenômenos poéticos e o discurso (*logos*), a persuasão (*peitho*) e o engano (*apate*) propiciam uma intervenção irracional/trágica no momento apropriado (*kairos*) e isso comprova a necessidade de impor e acolher uma confissão irracional das coisas.³⁰ Assim, ao compreender o trágico do saber necessariamente se dá a entender a tragicidade na ação e pela transformação da percepção sensorial das coisas efetivas reproduzidas por uma espécie de metamorfose em *lógos*, tornar-se-á objeto do conhecimento.³¹

Segundo o autor:

O homem não domina o mundo com seu *lógos*, mas o *lógos* contraditório do mundo domina contraditoriamente o homem. Ou, em outras palavras, o mundo não é criação do espírito capaz de forçar sua unidade e harmonia, há uma oposição ao idealismo. Assim, Górgias apresenta Helena como uma

³⁰ UNTERSTEINER, 2012, p. 181.

³¹ UNTERSTEINER, 2012, p. 218.

personagem trágica envolvida em uma desventura por uma sugestão, na qual se realiza diante do conhecimento um aspecto contraditório real, do mesmo modo que acontece a um Etéocles, uma Clitemnestra ou Agaménon. (UNTERSTEINER, 2012, p. 198)

Como dito, o *logos* tem a *dynamis* de levar ao engano (*apate*) ou de nos persuadir (*peisas*), como também dissemos, potencialidades que se relacionam com seus espantosos efeitos na *psique* e também por causa da fragilidade das nossas opiniões (*doxai*) com relação ao *lógos* (12-13). Portanto, se Helena foi persuadida pelo *lógos* não teve culpa, no entanto, se foi levada a agir pela beleza escultural de Páris ou pelo amor (a divindade *Eros*) também não teve culpa, dado o poder diviníssimo das coisas sobre nós.

Isso é evidente, se levarmos em conta o que o sofista nos diz acerca dos efeitos da *psique* incitada pelo nosso contato com as coisas e com o discurso. Analogamente a isso, o sofista nos diz acerca do terror e tremor que nasce ao vermos a infantaria inimiga, tal visão leva vários soldados a abandonar seus postos, “[p]ois a maneira de ser habitual é banida graças à visão, a qual, ao chegar [à alma], faz negligenciar tanto o que é decidido pela lei quanto o bem que advém pela vitória” (EH, 16).

Na visão de Untersteiner, o processo trágico presente no *lógos* se infiltra em uma sugestão trágica³² do mundo das sensações.³³ Em suma, Untersteiner compreende que o *lógos* apresentado como *peithô* e *apate* dá forma à linguagem, (suprindo a ambição da busca por uma verdade/*aletheia*) moldando a *psique* como a quiser, apenas com essa intervenção irracional proposta em EH 13.³⁴ Assim, é possível sobrepujar o empecilho da implicação das coisas efetivas (*pragma*) na vida humana.³⁵

2.1.2 O angustiante discurso de Palamedes

Na *Defesa de Palamedes* (DP), o sofista apresenta uma defesa

³² Certamente, os poetas trágicos da antiguidade grega portavam temáticas em que envolviam as problemáticas do espírito humano e da vivência em geral e realmente, pelo *mythos* os poetas trágicos (como Eurípides) proporcionavam as pessoas percorrerem as incoerências e tragicidades conferidas pela vivência.

³³ UNTERSTEINER, 2012, p. 198.

³⁴ (13) Que a Persuasão, enquanto propriedade do discurso, modele também a alma como quer, é necessário primeiro observar os discursos dos meteorologistas, os quais descartando uma opinião por preferência a outra opinião por eles engendrada, fazem surgir coisas inacreditáveis aos olhos através da opinião. Em segundo lugar, as necessárias assembleias, nas quais um único discurso, compor por arte, mas sem dizer verdades, encanta e persuade numerosas multidões. Em terceiro lugar, os embates aos discursos dos filósofos, nos quis a rapidez do pensamento se mostra modificando facilmente a crença na opinião (trad. Aldo Dinucci, 2017, p. 71).

³⁵ UNTERSTEINER, 2012, p. 218.

jurídica³⁶pela qual Palamedes tenta se defender da acusação de Ulisses. Por Palamedes ser inocente, ele não tem evidências daquilo que não cometeu e por isso deve-se ater ao poder persuasivo do discurso-lógico para asseverar sua inocência. Dado isso, Palamedes tenta provar sua inocência de duas maneiras: “[...] nem querendo eu pude nem podendo eu quis pôr as mãos em tais manobras” (DP, 5).³⁷

Seu primeiro argumento aponta para a incapacidade de realizar a traição, mesmo que a almejasse, pois, as manobras para a traição seriam muito laboriosas. Para chegar em tal ponto, ele examina todas as possíveis etapas da traição (a comunicação com o Rei de Tróia e o transporte do ouro, DP, 6-12). O segundo argumento focaliza na falta de vontade de cometer o ato, supondo que se fizesse os motivos poderiam ser: a tirania (DP, 13); o amor pelo dinheiro (DP, 15); o anseio de honra (DP, 16), em nome da segurança (DP, 17), ou para prejudicar os inimigos e ajudar os amigos (DP, 18). Assim, empreender tais manobras, apenas o levaria a uma vida indigna e cheia de infortúnios e nada teria de desejável (DP, 20).

Acreditamos que a afirmação de Untersteiner “[a] conclusão do *Elogio a Helena* constitui o ponto de partida da *Defesa de Palamedes*”³⁸ se dá pela problemática similar dos casos de Palamedes e Helena, contudo, vista por prismas distintos. Em EH, o conflito entre a opinião (*doxa*) advém dos infundáveis ultrajes sofridos por ela ter partido de Tróia com Páris, enquanto o discurso-lógico-persuasivo de Górgias sugestiona sua inocência, ou seja, que ela foi com Páris, mas não merece ser desonrada. Em DP, por seu turno, o conflito está na acusação que coloca a vida de Palamedes em risco e seu discurso-lógico-persuasivo procura provar sua inocência e mostrar que a acusação de Ulisses é infundada. Untersteiner acrescenta:

Mas a verdadeira antítese não é essa, porque no desenrolar do discurso se contrapõe conhecimento claro (*saphôs eipistámenos*), que Ulisses podia ter das ações de Palamedes, à pura presunção (*doxazôn g’ame*) (§3). Trata-se, portanto, não mais, como no *Elogio a Helena*, de um conflito entre dois graus de conhecimento, entre o *lógos* (que é, em todo caso, ambivalente) e a *doxa* incerta, mas da oposição entre, de um lado, um *lógos* libertado das aporias que a sugestão, como se viu no *Elogio a Helena*, acaba lhe impondo, de modo que a verdade, devido a uma demonstração, o sustenta [...] (UNTERSTEINER, 2012, p. 204)

³⁶ Como aponta Martinez a classificação dos gêneros dos discursos não é uma tarefa simples e como antecede a classificação aristotélica não nos ajudaria muito a compreender com clareza a distinções dos gêneros anteriores a ele. Desse modo, seguiremos a sugestão de Martinez em não nos debruçarmos sobre essa problemática. (2008, p. 81)

³⁷ Usamos a tradução de Josiane Teixeira Martinez, presente em sua tese (doutorado) A Defesa de Palamedes e sua articulação com o Tratado sobre o não-ser de Górgias / Campinas, SP: [s.n.], 2008.

³⁸ UNTERSTEINER, 2012, p. 204.

Para levar à exaustão os casos no DP, o sofista nos dois argumentos utiliza a premissa refutada anteriormente como suposição para a próxima, e assim, em todas as possibilidades (até as refutadas logicamente), seria um absurdo a acusação de Ulisses. Após isso, Palamedes dirige palavras ao seu acusador (DP, 22), ponto em que ocorre uma caracterização do litigante, mostrando que ele parte da *doxa* e Palamedes o critica por oferecer-lhe atributos contraditórios (DP, 23-27). Assim, sugere que por meio das palavras, a verdade dos fatos não se segue claramente, caso contrário seria fácil condenar alguém e dar uma sentença válida nos tribunais (DP, 35).

Untersteiner (2012) articula o final do DP com a resolução da terceira tese do SN (impossibilidade de comunicar o *ser*), ou seja, o apelo comovido do discurso de Palamedes contra o discurso de acusação de Ulisses evidencia a impossibilidade de transmitir a “pura e manifesta” verdade factual pelas palavras.³⁹ Exatamente é essa a figura de Palamedes para o autor, “[...] um exemplo típico do homem enredado nas aporias, do homem obrigado a experimentar, em seu caso, todas as dificuldades insolúveis que, prolongadas pelo sua história pessoal, impõe-se, pouco a pouco, até o absoluto.”⁴⁰

Como vimos, essa proposta de análise interpretativa que vincula o EH e o DP, com foco na relação do *lógos* com a *doxa*, faz com que os acontecimentos, que são cruciais para Untersteiner, não permitam considerar o sofista um cético, nem um relativista, mas um irracionalista trágico e isso se deve as antíteses inerentes à vida humana. Nas palavras do próprio autor:

O homem não pode evitar as antíteses, Seu pensamento só descobre pólos opostos em todas as proposições que querem interpretar filosoficamente a realidade. A realidade dialectizada só exprime *aporias*. Essa é a conclusão de Górgias, que nos faz sentir, sobretudo, o drama do contínuo choque e contrachoque dos termos, nos quais se dissolve toda tentativa de fixar a mobilidade da *phýsis*. Em um crescendo angustiado, todas as experiências humanas, dramatizando-se, imobilizam-se diante da razão, que não pode mais decidir nada e por isso acaba por negar qualquer relação, com base racional, entre homem e homem, bem como qualquer coerência interna ao próprio indivíduo (UNTERSTEINER, 2012, p. 253).

Creemos que somente partindo destes pressupostos podemos compreender o alicerce da interpretação geral do SN de Untersteiner, o qual envolve a aflição da vida humana, como mostrado pela angústia presente no discurso de Palamedes e a dramática

³⁹ UNTERSTEINER, 2012, p. 212.

⁴⁰ UNTERSTEINER, 2012, p. 253.

culpa mítica de Helena.⁴¹

2.1.3 A gnosiologia no *Sobre a Natureza*

Untersteiner trabalha mesclando as duas versões⁴² que chegaram até nós do SN, como já dissemos, a do Anônimo Pseudo-Aristóteles, encontrada em *De Melisso, Xenófanes e Górgias* (De MXG 979a12-980b22) e o *Adversus Mathematicos*, de Sexto Empírico (S. VII, 65-87). Contudo, Untersteiner utiliza mais a versão de MXG (usando a versão de Sexto quando lhe convém), pois ela exhibe coordenadas entre as identidades contraditórias do *ser* e *não-ser* e vinculam elas ao *Poema* de Parmênides (e outros filósofos do *ser*)⁴³. O autor aponta também que embora as duas versões tenham ligeiras distinções, o foco das duas consiste em evidenciar que “nada certamente é” (MXG 979a10).⁴⁴

De fato, se a identidade do *ser* e *não-ente* de Parmênides negam a existência uma da outra, logo, é necessário que as duas identidades sejam contraditórias (*ente* e *não-ente*), certamente, dizer que o *ser* não existe é um absurdo lógico, então certamente “nada é”, nem o *não-ente* é (S.,67). Essa desordem aparente, na realidade se dá, como afirma Untersteiner, sobre essa ambivalência dos termos: “[...] significa que o *não-ente* não admite, nem mesmo hipoteticamente, uma existência, não só porque são contraditórios no que diz respeito ao *ser* [...]”⁴⁵. Como observa Untersteiner:

Górgias parte de uma constatação elementar: a ambivalência do *lógos* (é isto que ele parece querer dar a entender no início desse tratado) é algo dado, como prova a vida no curso de seus momentos decisivos: Helena que devia decidir, Palamedes que devia sofrer o efeito de decisões alheias. A experiência cognoscitiva do homem é contraditória se o *lógos* só pode dar sobre ela uma interpretação atormentada pela antítese. (UNTERSTEINER, 2012, p. 226)

A segunda parte da primeira tese é acerca dos atributos do *ser* dado

⁴¹ UNTERSTEINER, 2012, p. 220.

⁴² Normalmente se crê que as duas versões são uma espécie de resumo, ou uma paráfrase de uma versão maior que foi abreviada, evidentemente cada versão possui suas distinções, tanto de estilo como de complexidade e dado a atribuição da tese central a Górgias por Isócrates (DK82b1) é válido supor que se trata mesmo de paráfrases. Acerca disso, Kerferd aponta que não é plausível avaliar o grau de compactação das paráfrases (1955, p. 4).

⁴³ Untersteiner concorda com Adolfo Levi, quando diz que a segunda tese vai contra todas as doutrinas filosóficas, tanto racionalistas quanto empiristas (2012, p. 238).

⁴⁴ UNTERSTEINER, 2012, p. 228.

⁴⁵ UNTERSTEINER, 2012, p. 229.

comumente pelas doutrinas dos filósofos do *ser* e os do *dever*.⁴⁶ As hipóteses dos atributos do *ser* (gerado ou não-gerado; uno ou múltiplo; estático ou em movimento) se contradizem entre si, por exemplo, se é gerado, não pode ser não-gerado e certamente, isso evidencia a ambivalência dos raciocínios filosóficos, já que se pode argumentar logicamente (demonstrar) que o *ser* é gerado e que não é gerado. Em suma, Untersteiner afirma que a ambivalência das demonstrações se dá por elas levarem ao engano (*apate*), de acordo com sua tradução do trecho do MXG: “pois bem, se nada é, ele afirma que as demonstrações enganam” (980^a9).⁴⁷ Nas palavras do autor:

Parece que o engano (*apate*) constitui o ponto capital que se quer ressaltar na conclusão, mais do que a anulação do ente; “as demonstrações enganam” significa que o engano, a medida em que destrinça as antíteses contraditórias, escondidas na essência das coisas, e impõe uma antítese por meio da “persuasão”, acaba por ressaltar a ambivalência do *lógos* e, portanto, a impossibilidade de uma demonstração unívoca (UNTERSTEINER, 2012, p. 237).

A segunda tese afirma que se alguma coisa (*ti pragma*) existe, ela não pode ser cognoscível. Na observação de Untersteiner, as problemáticas referidas na segunda tese são, em certo ponto, apresentadas em duas partes que tem o intuito de evidenciar a dificuldade de diferenciar quais apreensões da realidade são verdadeiras⁴⁸ e a autonomia de cada “sensação-pensamento”.⁴⁹

Isto está presente em MXG:

(980a 10) Pois é preciso que as coisas pensadas sejam, e o-que-não-é, já que não é, não pode ser pensado. Mas se fosse assim, ninguém diria nada falso, diz Górgias, nem mesmo se dissesse que bigas combatem no mar, pois assim todas essas coisas seriam. Com efeito, as coisas vistas e as coisas ouvidas serão por isto: porque cada uma delas é pensada[...]

(20) Mas se são cognoscíveis, como, diz Górgias, poderia alguém evidenciá-las a outro? Pois, diz Górgias, como alguém poderia evidenciar, pela palavra, as coisas que vê? Ou como poderia evidenciá-las (980a b1) para alguém que as escute e não as veja? Pois do mesmo modo que a visão não conhece os sons, assim também a audição não ouve as cores, mas os sons. E aquele que fala não fala a cor nem a coisa. Então como poderia alguém que não tem determinada coisa na mente vir a tê-la por intermédio de outra pessoa através da palavra ou do signo, (5) que é diferente da coisa, a não ser que ou a veja se for uma cor ou a escute se for um som? Pois, primeiro,

⁴⁶ UNTERSTEINER, 2012, p. 233.

⁴⁷ Neste ponto, acreditamos ser evidente como a interpretativa trágica de Untersteiner influência na tradução do documento, ao ponto de “corrigir” tudo (*apanta*) para engano (*apatan*), acerca disso, vide UNTERSTEINER, 2012, p. 237 n. 237. Cf. nota 85.

⁴⁸ UNTERSTEINER, 2012, p. 247.

⁴⁹ UNTERSTEINER, 2012, p. 246.

ninguém diz o som nem a cor, mas a palavra, de modo que não é possível pensar a cor, mas vê-la, bem como não se é capaz de pensar o som, mas ouvi-lo. Mas se é possível perceber e ler a palavra, como o que escuta terá na mente a mesma coisa?

(trad. DINUCCI, 2017, p. 90-91)

A correspondência em Sexto seria a seguinte:

(80) Além disso, se as coisas pensadas são seres, então os não-seres serão pensados. Pois aos contrários se atribuem contrários, mas o contrário do ser é o não ser; e por isso se, em geral as propriedades de ser pensado se atribui ao ser, então ao não-ser será atribuída a de não ser pensado. Mas isso é absurdo; pois Cila, a Quimera e outros não seres são pensados. Portanto, o não ser é pensado.

(81) Assim como as coisas vistas são chamadas de visíveis por isto, porque são vistas; e as ouvidas de audíveis porque são ouvidas; e, por um alado, não descartamos as coisas vistas porque não são ouvidas; nem, por outro lado, rejeitamos as coisas ouvidas porque não são vistas (pois cada coisa deve ser julgada por seu próprio sentido, mas não por outro), da mesma forma as coisas pensadas, mesmo se não são vistas pelo olho nem ouvidas pelo ouvido serão, pois serão apreendidas por seu critério peculiar.

(83) Então se alguém pensa em carros a correr no mar e não os vê, deve crer que há carros correndo no mar. Mas isso é absurdo; logo, o ser não é pesado e apreendido.

(trad. BRITO, HUGUENIN, 2017, p. 97)

Acerca disso, o autor apoia-se mais na versão de Sexto (S, 81) para interpretar a conclusão da segunda parte da segunda tese, afirmando que nenhuma percepção cognitiva pode assumir a responsabilidade de ser critério de juízo, como a visão não pode contrariar os odores captado pelo órgão olfativo, pois, como dito, cada sensação tem sua particularidade.⁵⁰ Assim “nada (enquanto existente) é cognoscível com certeza” dada essas distinções entre realidade e sensação-pensamento.⁵¹

Dito isso, é evidente que compomos as *coisas efetivas* pela percepção sensível e “[...]uma percepção sensível não são mais verdadeiras do que falsas, sob o aspecto lógico, ainda que todos possam constituir um conteúdo de pensamento” (Untersteiner, 2012, p. 239). É também evidente que nenhuma percepção contraria a outra, assim como um pensamento, não contraria uma sensação, cada um mantém sua autonomia.⁵² Por exemplo, quando escutamos o som de um albatroz não é contradito pela

⁵⁰ UNTERSTEINER, 2012, p. 247.

⁵¹ UNTERSTEINER, 2012, p. 241.

⁵² UNTERSTEINER, 2012, p. 246.

visão, certamente, o ouvido não vê, visão não escuta e o pensamento não sente calor ou frio. Untersteiner ainda afirma:

Se a sensação-pensamento sente que carros correm sobre o mar, visto que o sentido da vista não pode intervir para determinar um juízo provocado por uma sensação contrária aquela do sentido-pensamento, haverá duas sensações contrastantes, e nenhuma delas pode aspirar a verdade (UNTERSTEINER, 2012, p. 247).

Assim como para Untersteiner a existência do falso (*pseudos*) na *psique* é a constatação também da existência de engano (*apate*) e prova da ambivalência do *lógos*:

A existência da *apate* prova a ambivalência do *lógos*. Se este não tivesse essa essência trágica, a *apate* nem mesmo existiria, pois ela não pode ser exercida somente dominando um dos dois termos necessários de uma antítese; portanto, são pensáveis – até que a *apate* não intervenha – os dois pólos de uma antítese. Mas, pelo “princípio de contradição”, os dois não podem ser verdadeiros, e nem mesmo um deles pode ser verdadeiro, pois ele prevalece por obra de *apate*. (UNTERSTEINER, 2012, p. 239).

Assim, pelas imposições lógicas da primeira tese, somos levados à segunda, enquanto a terceira que se apoia igualmente na ligações de suas antecessoras, desse modo “[...]nada é. Se é, é incognoscível. Se tanto é quanto é cognoscível, não pode ser evidenciado aos demais” (MXG, 970a).

Untersteiner ressalta que a estrutura demonstrativa da terceira tese é a heterogeneidade do *lógos* em relação às coisas e à relatividade individual.⁵³ Pois, até mesmo se conjecturarmos que a mesma coisa é pensada por várias pessoas da mesma maneira, isso seria um absurdo, pois as pessoas não se encontram em uma condição semelhante (MXG, 980b 11-14) e nem a mesma pessoa degusta a mesma coisa da mesma forma (MXG, 980b 14-16). Desse modo, como aponta o autor “acaba por negar qualquer relação, com base racional, entre homem e homem, bem como qualquer coerência interna ao próprio indivíduo.”⁵⁴

Com efeito, se os pensamentos não dão estatuto ontológico de existência a todas as possíveis experiências, não existem nem pensamentos e nem percepções sensoriais (experiências) que poderiam garantir verdades absolutas, contudo não se

⁵³ UNTERSTEINER, 2012, p. 248.

⁵⁴ UNTERSTEINER, 2012, p. 253.

anularia sua concepção gnosiológica, que segundo Untersteiner:

A gnosiologia, quando se transfere de seu próprio terreno teórico ao domínio da prática, torna-se vontade, torna-se decisão, que se objetiva em *kairos*, dotado da propriedade de romper o ciclo dramático das antíteses e de criar aquele novo, irracional, processo gnosiológico definido como “engano”, “persuasão”, cuja a força está na imposição de uma das duas alternativas (UNTERSTEINER, 2012, p. 255).

Embora essas resoluções negativas, a saber, “a dissolução das experiências nas antíteses” que naturalmente se coloca como uma crítica aos filósofos naturalistas, Untersteiner aponta para outro oponente, Protágoras.⁵⁵ Também aponta alguns resultados positivos:

Górgias enfrenta na primeira parte, problemas que, ainda que no futuro, deveriam ocupar a atenção dos filósofos; na segunda parte, ele, “entre os primeiros, esclarece a gravidade do problema do erro”; na terceira parte, por fim, “examina as dificuldades que ainda são, aliás, agora mais do que nunca, objeto de interesse (UNTERSTEINER, 2012, p. 256).

Essa consciência da distinção imposta pela realidade entre sentir e pensar, na visão do autor, simboliza a forma de superar essa situação dramática para além da suspensão de juízo. Assim, é possível adquirir uma consciência dessa força imposta pela distinção da realidade, do pensar e do discurso na comunicação.⁵⁶ Segundo o autor, Górgias é “[...] um pensador que soube traduzir, seja em termos de arte, seja no rigoroso raciocínio lógico, o sentido dramático de sua civilização”.⁵⁷

Contudo, apesar de remontar uma trama trágica na interpretação do caso de Helena e Palamedes, acreditamos que possa ser dispensável no SN (em certa medida, uma vez que até mesmo o autor restringe-se à uma análise epistemológica/gnosiológica e nas noções ontológica do discurso), principalmente se evitarmos vincular com DP e EH. Notamos também que, apesar de certa distância, sua interpretação trágica também desemboca na sua tradução de trechos e conceitos chave de SN.⁵⁸

Desse modo, Untersteiner ressalta que Górgias ao observar os “fenômenos” do cotidiano, em vista das imposições diversas e inconciliáveis, buscou sobrepujá-las e findou, portanto, sendo um “filósofo do trágico”.⁵⁹ Assim como, a partir da

⁵⁵ UNTERSTEINER, 2012, p. 256.

⁵⁶ UNTERSTEINER, 2012, p. 253.

⁵⁷ UNTERSTEINER, 2012, p. 165.

⁵⁸ Cf. nota 47.

⁵⁹ UNTERSTEINER, 2012, p. 297.

apresentação dos pressupostos da sua análise dos três discursos, cremos ser possível compreender a interpretação filosófica que afasta o sofista do tradicional ceticismo e relativismo, afirmando uma gnosiologia trágica pela consequência da distinção do *lógos*, do pensamento e das coisas:

“[...] ambivalência e a consequente contradição dos *lógoi* que deve ser superada somente mediante um ato cognoscitivo irracional como o engano e a persuasão, criam a tragicidade da experiência humana, quando o drama cognoscitivo é apresentado como o drama das criaturas humanas (UNTERSTEINER, 2012, p. 219).

2.2 INTERPRATAÇÃO DE BARBARA CASSIN

Na obra *O efeito sofístico*⁶⁰ (2005), Cassin aborda as distintas implicações da sofística na história do pensamento humano. Segundo Cassin, a antítese empirista do pensamento gorginiano coloca o sofista como principal inimigo da tese que a sofística está simplesmente inserida na história da retórica, tanto que a autora assume as considerações de G. B. Kerferd⁶¹ e de Untersteiner⁶², ou seja, não estava somente preocupado com o *logos*, mas com as nossas experiências (*pragmata*) das coisas efetivas (*pragma*).⁶³ Cremos que tal proposta se acomoda de forma retardatária ainda no lugar comum de tentar reabilitar a sofística perante a doxografia platônica-aristotélica.⁶⁴

Como veremos em *A Defesa de Palamedes e sua articulação com o Tratado sobre o não-ser, de Górgias*, de Josiane T. Martinez (2008), segue, em certa medida, a interpretação de Cassin do SN e iremos nos amparar em seu estudo para aventurar-se na interpretação da proposta de Cassin, suas observações computaremos nas notas de rodapé.

⁶⁰ A versão brasileira que utilizamos é distinta da versão francesa *L'Effet sophistique* (1996), tanto em seu arranjo quanto em seu conteúdo (CASSIN, 2005, p. 7 n. 1).

⁶¹ Cf. nota 4.

⁶² Ver *A obra dos Sofistas: uma interpretação filosófica* (2012). Untersteiner corrobora para afirmar a preocupação sofística com a própria coisa efetiva proporcionada pelo *logos*, ao invés de meros estudiosos de discursos. Cf. CASSIN, 2005, p. 34.

⁶³ Assim, preocupavam-se com as mesmas indagações dos empiristas (CASSIN, 2005, p. 14).

⁶⁴ A autora acolhe a concepção de sua reabilitação a luz da condenação platônica-aristotélica, “[a]cusar a sofística de retórica e excluí-la do campo da filosofia são procedimentos equiparáveis a tal julgamento.” (CASSIN, 2005, p. 14)

2.2.1 Sobre a Natureza de Górgias versus o *Poema* de Parmênides

Cassin, analisa o SN como uma resposta ao *Poema* de Parmênides e por uma inversão abrasiva.⁶⁵ Não é uma recepção nova à perspectiva de compreender Górgias como um crítico dos filósofos naturalista, o próprio Untersteiner também compartilhava dessa visão.⁶⁶ Como a autora se instala em uma reabilitação, elege Górgias como o principal crítico das doutrinas do “ser” de seu tempo.⁶⁷

Avaliar o sofista por esses parâmetros permite interpretar as suas antíteses de maneiras diversas (como a interpretação trágica de Untersteiner).⁶⁸ Igualmente a autora afirma: “[...] somos confrontados com uma tomada de posição tão forte acerca da ontologia e da metafísica em geral, que ela bem poderia revelar-se filosoficamente não superável”.⁶⁹ Cassin também observa que a crítica de Parmênides feita por Górgias se dá claramente pela repetição literal das teses do *Poema* parmenideo (fr. II; ser, pensar e dizer), como podemos ver no *Poema* de Parmênides:

Ora, pois, te direi – e tu, que escutas, recebe meu relato – quais são os únicos caminhos de investigação que há para pensar. Um, por um lado, <para pensar> que “é”, e que não é possível não ser; é o caminho da persuasão, pois acompanha a verdade. Outro, por outro lado <para pensar> que não “é”, e que é necessário não ser; digo-te que esse caminho é completamente incognoscível, pois não conhecerás o que não é (pois é impossível) nem o enunciarás (CORDERO, 2011b, p. 226).⁷⁰

Desse modo, elevando os resultados do *Poema*, concebemos que somente a partir de tal distinção poderemos compreender a abrangente tomada de decisão feita por Cassin acerca do SN e a interpretação crível da crítica (ou retomada) da doutrina de Parmênides.

Após evidenciar a instigante inversão do título da paráfrase do SN preservada por Sexto, ela afirma que:

Após o título, é o gesto discursivo de Górgias que contesta a expansão do

⁶⁵ CASSIN, 2005, p. 17.

⁶⁶ Como também vimos, Untersteiner estendia essa crítica também às doutrinas dos filósofos do devir e colocava como alvo principal, Protágoras. Cf. MARTINEZ, 2008, p. 61 n. 1.

⁶⁷ CASSIN, 2005, p. 13.

⁶⁸ CASSIN, 2005, p. 14.

⁶⁹ CASSIN, 2005, p. 16.

⁷⁰ Εἶδ' ἄγ' ἐγὼν ἐρέω, κόμισαι δὲ σὺ μῦθον ἀκούσας, αἴπερ ὁδοὶ μοῦναι διζήσιός εἰσι νοῆσαι· ἡ μὲν ὅπως ἔστιν τε καὶ ὡς οὐκ ἔστι μὴ εἶναι, Πειθοῦς ἐστι κέλευθος - Ἀληθείη γὰρ ὀπηδεῖ -, [5] ἡ δ' ὡς οὐκ ἔστιν τε καὶ ὡς χρεῶν ἐστι μὴ εἶναι, τὴν δὴ τοι φράζω παναπευθεά ἔμμεν ἀταρπόν· οὔτε γὰρ ἂν γνοίης τό γε μὴ εἶναι - οὐ γὰρ ἀνυστόν - οὔτε φράσαις·

poema. Em lugar do auto-desdobramento do “é” na plenitude esférica de sua identidade presente e apresentada (fr.1-8), talvez em lugar de sua perda através do mundo dos homens e de suas opiniões, e de sua retomada em um cosmo enriquecido, pleno de pensamento (fr. 16, e a ordem bem hegeliana dos fragmentos proposta pelos editores), em lugar então de “natureza” como progresso, acúmulo identitário, simples ou dialético, o tratado apresenta uma estrutura de recuo que consome de saída a tese máxima, em seguida se adelgaça segundo as características da antilogia, da defesa, do discurso ainda sempre segundo (CASSIN, 2005, p.17).

Como se nota, a autora aponta que a crítica à Parmênides se dá ao mostrar que a *krisis* (divisão entre *ser* e *não-ente*) instaurada pelo filósofo parte de um discurso poético-sofístico e que leva a uma escolha por um dos lados.⁷¹ Em suma, se o *ente* é e o *não-ente* não é, ou seja, são opostos, nada seria e até mesmo se fossem o mesmo, nada também seria. Portanto, é evidente que eles estão, ou deveriam estar no mesmo patamar em relação a identificação do verbo e o predicado do sujeito *ente* em grego.⁷² Do mesmo modo, a premissa se apoia no equívoco de identidade na qual o próprio *Poema* tenta elucidar, ou seja, o caminho impraticável do *não-ente* confirma a impossibilidade da via do *ente* e na qual só se conserva o caminho do *lógos* ao invés do proposto no Poema (fr. VIII).

Como observa Cassin:

Desde que consideremos seriamente o tratado de Górgias como uma leitura e um contra-texto do poema de Parmênides, parece que o equívoco, homonímico e sintático, não é um acaso nem um defeito: é o funcionamento deliberado de um recurso da língua, onde o que está em jogo é tornar manifesta a maneira pela qual esse mesmo recurso já é explorado, mas de modo subreptício, no texto fundador (CASSIN, 2005, p.22).

Essa contestação da expansão do *Poema* por sua repetição literal leva a um impasse, se o *ser* da “ontologia” é nada além de um efeito do dizer, então o *lógos* e o *ser* são inseparáveis (fr. III).⁷³ Desse modo, se o *ser* é cognoscível e de antemão é um fruto discursivo. Como afirma Cassin, “[...] porque o próprio ser, tal como Ulisses pelo poema homérico, é *de facto* produzido como um efeito de linguagem, e dessa linguagem que opera

⁷¹ CASSIN, 2005, p. 18.

⁷² Cf. Como aponta Martinez, de fato, na língua grega o termo ‘é’ (*estin*) tem suas ambiguidades, podendo agregar vários sentidos. (2008, p. 62 n. 3).

⁷³ Em relação ao ‘ser’ como um efeito do dizer, segunda autora permite levar a um palimpsesto entre literatura e filosofia e é baseada no caráter discursivo da poética. De fato, Cassin (2005, p. 24) faz um paralelo entre o Poema parmenideo (fr. VIII, 26-33), a SN e a passagem da provação de Ulisses com o canto das sereias (Homero, *Odisseia*, XII, 158-164). Pelo paradigma do palimpsesto, a autora neste ponto toma a liberdade de analisar uma seguindo a temáticas à luz do vasto estudo de A.P.D. Mourelatos, em *The route of Parmenides*, originalmente publicado em 1970, sobre a questão da imobilidade (descrita no fr. XVIII) do ‘ser’, o ‘ser’ como o herói da epopeia filosófica de Parmênides, assim como Ulisses é o de Homero a *Odisseia*. (CASSIN, 2005, p. 24 n. 14)

o poema: o ser da ontologia nada mais é do que um efeito do dizer”.⁷⁴

Em suma, acreditamos que seu intuito é apartar-se da condenação da tradição platônico-aristotélica que cultivou a dicotomia entre a sofística e a filosofia. De fato, Cassin elege uma substituição de “retórico” por “discursivo” para afastar-se da tendência da tradição de afirmar que os sofistas se restringiam a questões empiristas somente por se debruçarem sobre discursos.⁷⁵ Desse modo, observa uma determinada ontologia (e uma logologia) nos sofistas, que geralmente são vistos como meros especialistas em discursos.

2.2.2 O *ser* como um efeito do dizer

O próprio poema de Parmênides levaria a um impasse ao levantar a impossibilidade da via do *ser*, logo, levando Górgias a afirmar sua primeira tese “[...] nada é” (MXG 979a10, em S, 65). Como aponta Cassin, há duas demonstrações na paráfrase do MXG acerca da primeira tese, a mesma presente no Sexto (66-76), a saber, “[...] na impossibilidade de encontrar um sujeito que convenha à “palavra do caminho: é”⁷⁶ e uma segunda que não possui correspondência em Sexto, que nem *ser* e nem *não-ser* se sustentam além da posição de sintaxe do verbo *ser* (979a 24). Acerca disso a autora conclui:

É, portanto duplamente necessário concluir nesse caso “não é”: porque não é verdade que exista *ser*, e porque não é verdade que haja um ente para *ser*, assim se interpreta, com suas negações como reforço, referindo-se uma ao verbo e a outra ao sujeito, o enunciado inaugural dessa primeira tese, impossível de ser traduzida literalmente por causa das regras francesas da dupla negação: *ouk einai ouden*, “não é [absolutamente] nada”, e sua diferença em relação ao enunciado que ocupa o mesmo lugar em Sexto implicado apenas a falta de um sujeito: *ouden estin*, “nada é” (CASSIN, 2005, p. 21).

Cassin observa ser promissor separar e apontar as distinções entre as duas paráfrases. Segundo a autora, Sexto “utiliza os mesmos matérias [sc. MXG], alguns mas não todos, vertendo-os no molde posterior de uma lógica que se aplica a proposições já constituídas, ao invés de ser sensível à emergência da estrutura proposicional como tal”⁷⁷

⁷⁴ CASSIN, 2005, p. 34.

⁷⁵ CASSIN, 2005, p. 16.

⁷⁶ CASSIN, 2005, p. 19.

⁷⁷ CASSIN, 2005, p. 18.

Como dito, tanto MXG e Sexto traçam caminho para afirmar que “não há alguma coisa para ser”, ou seja, nenhum sujeito pensável pode suportar e converter-se em *ente*.⁷⁸

Enquanto a busca de MXG, segunda a autora, se dá em se aproximar ainda mais com o *Poema* e criticar Melisso e Zenão, confirmando a crítica a noções fundamentais de Parmênides e também ao estatuto de exceção injustificável e privilegiada da identidade presente do *ente*.⁷⁹ Realmente, a autora é enfática em afirmar que este é o principal fator para diferenciar as paráfrases, uma sendo uma crítica cética e outra sofística, a saber, a primeira é a de Sexto⁸⁰ e a segunda é do MXG.⁸¹

Em suma, Cassin assevera que o *Poema* é um texto sofístico, por toda identificação do *ser* apoiar-se na regra da união (o jogo de vocábulos da identificação do *ser é e ser, é o ser*) e o fato de *ser* estar como um fruto, ou um efeito do *logos*.⁸² Tal afirmação discorre facilmente de sua caracterização das paráfrases.

Segundo a autora, encontramos outra distinção na demonstra a segunda tese:

[...] com Anônimo, tiram-se as consequências da ontologia; com Sexto, recusam-se suas premissas. Atitudes ligadas a posição antiéticas ao *pseudos*: *De M.X.G.*, no sentido de sua indiscernibilidade em relação à verdade (se o *pseudos* não existe, é porque ele existe igualmente e tanto quanto o verdadeiro, exatamente como o não-ente existe assim como o ente). Sexto demonstra a incognoscibilidade pressupondo o contrário, a existência, no sentido do caráter evidentemente reconhecível, das frases e das entidades fictícias (CASSIN, 2005, p. 38).

De tal maneira, se nem na posição de verbo o *ente* se sustenta e nenhum predicado convém ao sujeito, não haveria nada para *dizer* sobre os *pragmata*. Então, nada poderia ser pensado como *é*. Com efeito, essa divisão/distinção de *ente* e pensar é o

⁷⁸ CASSIN, 2005, p. 20.

⁷⁹ CASSIN, 2005, p. 20.

⁸⁰ A concepção de Sexto Empírico como um pesador que formulava argumentos céticos, criticava as noções dogmáticas e “pregava” a ausência de critérios de verdade perpassa vários estudos, como nos mostra Mary Mills Patrick, em *Sexto Empírico e o Ceticismo Grego* (publicado originalmente em 1899), trad. de Jaime Conte, 2010. Patrick ressalta que existe muito mistério em volta da figura de Sexto, como afirma a autora: “Sexto é conhecido por todos como um cético e não como um médico. Ele foi associado mais tarde a Pirro, e suas obras filosóficas sobreviveram, ao passo que seus escritos médicos não, mas são principalmente conhecidos porque ele mesmo os menciona. [...] É totalmente possível supor que Sexto foi um empírico durante certo tempo de sua vida, e que posteriormente julgou a Escola metódica preferível, e semelhante mudança não teria de qualquer maneira afetado sua posição como um médico.” (PATRICK, 2010, p. 14).

⁸¹ Cassin faz uma análise textual do *Poema* de Parmênides à luz da proposta de Pierre Aubenque, em *Syntaxe et sémantique du l'être*, em *Études sur Parménides*, II, Problèmes d'interprétation (CASSIN, 2005, p. 37 n. 32). Na qual a segunda tese do SN retoma que “[...] o ser parmenideano é apenas um efeito de dizer, mas isso porque não há outro ser senão o que é produzido pelo dizer” faz alusão o fr. III (*ibid.*, p. 36)

⁸² CASSIN, 2005, p. 34.

pressuposto da segunda tese do SN, pois se os pensamentos não são as coisas efetivas, então as coisas efetivas não são pensamento, logo, não é pensada.

Como constata Cassin, eis como a demonstração⁸³ da segunda tese distingue os pontos de vista do *ente*, do verdadeiro e do falso (*pseudos*), isto é, o *pseudos* é tão “real” como a verdade no enunciado⁸⁴ e dessa forma, são pensados e na perspectiva do *ente* é impossível de se assinalar.⁸⁵ Obviamente, para o pensamento tornar-se-á pensamento basta ser pensado, como “edifícios choram em campos verdejantes” ou “os albatrozes com pelos”. Como afirma Cassin:

Consideramos, desse ponto de vista, a terceira tese do tratado. Mais do que nunca, deparamo-nos com a dificuldade do texto anônimo e com a complexidade da relação entre as duas versões. Mas nas duas versões, em todo caso, o argumento se apóia na separação dos órgãos e dos campos sensoriais (*De M.X.G.*, 980 b1-4): Assim como a visão não chega a conhecer os sons da voz, tampouco a audição ouve as cores, mas sim os sons – *phoggous*, em seguida *psophos*, 6,9; *cf.* Sexto, 83, “mas que dentre (os entes), os visíveis sejam apreendidos pela visão, os audíveis pela audição, e não reciprocamente”). O olho é certamente “sem finalidade” e o ouvido “cheio de ruído” porque o objeto sensível não existe, difratado em perceptos, sem que qualquer geometral, qualquer *concretum* ou qualquer *pragma*, como se quiser, os reúna. (CASSIN, 2005, p. 48)

Retomemos as teses, (1) nada é; (2) se é, é ininteligível; (3) e se for inteligível, não pode ser mostrado/comunicado aos outros. Segundo Cassin, a terceira tese ampara-se na distinção e separação dos órgãos sensoriais (MXG, 980b1-4 e em S, 83).⁸⁶ A demonstração da terceira tese (da incomunicabilidade do *ser*) segue pela distinção e a independência de cada órgão sensorial em seu âmbito, e tal demonstração está mais presente no MXG, não possuindo a mesma correspondência na versão do Sexto.⁸⁷

Cassin prossegue afirmando que a crítica de Górgias nos traz uma justificativa para crer em uma reivindicação necessária da problemática do *ente* unicamente para o campo da argumentação, dado a autonomia do *lógos*, isto é, o *lógos* não é em si

⁸³ Martinez (2008) observa também a distinta tradução de Untersteiner em um ponto crucial da demonstração da segunda tese “se nada é, as demonstrações dizem tudo (*apanta*, MXG 980a9)”, onde se lê *apanta* ele modifica para ‘enganam’ (*apatan*), como vimos essa modificação é coerente com a proposta interpretativa de Untersteiner na qual o SN revela o trágico do saber, contudo preferimos seguir a proposta de Martinez, na qual é essa modificação é desnecessária (p. 65 n. 15).

⁸⁴ Como aponta Martinez (2008), seguindo as constatações de Cassin: “A questão então não é de que não haja *pseudos*, ele existe, “é” alguma coisa (uma vez enunciado e pensado), na mesma medida e condição que o “ser” pode ser” (MARTINEZ, 2008, p. 66 *apud* CASSIN, *Parménides, Sur la nature ou sur l'étant*, Paris, Seuil, 1998, p. 263, n. 1).

⁸⁵ CASSIN, 2005, p. 47.

⁸⁶ CASSIN, 2005, p. 48.

⁸⁷ MARTINEZ, 2008, p.69 *apud* CASSIN, 2005, p. 38

limitado, não tem como objetivo sair de seu âmbito próprio, ou “explicar” objetos exteriores ou as percepções que temos.⁸⁸ Assim, essa autonomia retira a necessidade do co-pertencimento do *ser* e do dizer, a saber: “Onto-logia: o discurso comemora o ser, tem por tarefa dizê-lo. Logologia: o discurso faz ser, o ser é um efeito de dizer. Em um caso, o de fora se impõe e impõe que se o diga; no outro, o discurso produz o de fora.”⁸⁹ Logo, “o discurso não é “comemorativo” do de fora, é o de fora que se torna revelador do discurso” (S, 85).⁹⁰

Tal proposta da autora, a saber, o engendramento da criação do termo “logologia”⁹¹ se dá como uma espécie de “ontologia da retórica”⁹² e parte da sua compreensão da terceira tese que, de acordo com Cassin, leva ao cerne de uma teoria da sofística da linguagem, dada a distinção entre ser, pensar e dizer.⁹³ Concebemos que essa elevação tencionou e impulsionou a busca pelo conhecimento e, portanto, remodelou o pensamento filosófico no ocidente.⁹⁴

2.3 INTERPRETAÇÃO DE JOSIANE T. MARTINEZ

O estudo da Josiane T. Martinez parte de uma interpretação dos discursos de Górgias acerca das suas concepções sobre o conhecimento humano e a linguagem, além de não relacionar com o personagem de Górgias no diálogo homônimo, de Platão.⁹⁵ A autora realiza traduções e análises isoladas do DP (com base a edição de Untersteiner)

⁸⁸ Acerca disso, Martinez observa este ponto pela proposta de Coelho, “a incomunicabilidade das coisas exteriores não se constituía em uma limitação da palavra” (2008, MARTINEZ, p.69 *apud* COELHO, 1997, p. 33).

⁸⁹ CASSIN, 2005, p. 63.

⁹⁰ Tradução de B. Cassin, 2005, p. 289. A autora observa que para compreender essa passagem deve partir de uma compreensão totalitária do documento. Acerca dessa nebulosa passagem, vide *ibid.*, p.289, n.34.

⁹¹ A autora afirma a necessidade de justificar a necessidade do conceito ‘logologia’ para reafirmar que a sofística não é essencialmente retórica, como já dito, interpreta o SN à luz de uma reabilitação perante os detratores (CASSIN, 2005, p. 53).

⁹² CASSIN, 2005, p. 267.

⁹³ CASSIN, 2005, p. 39.

⁹⁴ Ver Cordero, N. *A invenção da Filosofia* (2011a). Como observa Cordero, as doutrinas filosóficas posteriores tiveram que prestar contas com boas garantias para justificar um discurso verdadeiro se não caíra, como aponta o sofista, na impossibilidade de *pseudos* na *psique* e também afirma que somente com o pensamento platônico e aristotélico “voltará a colocar as coisas em seu lugar” (2011a, p. 141).

⁹⁵ MARTINEZ, 2008, p. 4. Acerca do diálogo platônico *Górgias*, vide *O Banquete dos Eruditos*, XI, 113 (505d-e) (>DKA15a), de Ateneu, menciona algumas versões sobre o que Górgias afirmou após ter lido o diálogo platônico “Diz-se que o próprio Górgias, tendo lido o diálogo epônimo, disse a seus amigos: ‘como Platão sabe caluniar bem!’ [...] Outros, ainda, falam que Górgias, tendo lido o diálogo de Platão, disse aos presentes que não tinha ouvido nem falada nenhuma daquelas coisas em Platão.” (2017, p. 140). Cordero ao mencionar o *Górgias*, de Platão afirma que não era o intuito de Platão caluniar Górgias, na realidade é apresentado como um “verdadeiro mestre da retórica” e o verdadeiro “vilão” da trama trata-se de Cálicles (2011a, p. 141).

e do SN (com base na edição proposta da B. Cassin)⁹⁶ com o intuito de ver as possíveis articulações entre os dois, além do estilo e o padrão argumentativo, ela destaca também a hipótese de uma coerente noção de verdade.

Embora a indagação acerca de uma noção de verdade em correlação com a existência/realidade seja visivelmente recusada com as três teses do SN, a autora acrescenta: “[...] embora o sofista postule que o *logos* falha em representar a realidade exterior a ele, não nos parece que ele negue, pura e simplesmente, a existência de qualquer tipo de verdade.”⁹⁷

Ademais, como as versões do SN tem leves distinções, especialmente na terceira tese (tese da incomunicabilidade) a autora concebe como proveitoso analisar a versão de Sexto neste ponto, na qual é menos misteriosa.⁹⁸ A autora também ressalta que a versão de MXG, embora com lacunas e pontos que deixa espaço para interpretações “tem a vantagem de nos fornecer um testemunho mais claro da relação de Górgias com Parmênides e a ontologia eleata, ao agrupar Melisso, Xenófanes e Górgias, em uma sucessão antes lógica que cronológica”⁹⁹.

2.3.1 Verdade em Górgias como construção discursiva

Martinez observa que há uma articulação entre o DP e o SN, isso se dá pela coerência entre as concepções entre linguagem e conhecimento humano presente nos discursos.¹⁰⁰ Em DP, temos um discurso-lógico construído com intuito de provar a inocência de Palamedes no qual se evidencia que a verdade factual não aparece “manifesta e puramente” pelo *logos* (DP, 35). Retomemos a passagem:

Se, por meio das palavras, a verdade dos fatos pudesse surgir pura e límpida para os ouvintes, sem dúvida seria fácil tomar a decisão a partir do que foi dito. Uma vez que não é assim, vigiai meu corpo, usai o máximo de tempo e tomais a decisão de acordo com a verdade. Certamente correis um grande risco ao vos mostrardes injustos: o de destruir uma bela reputação e adquirir uma infame. Com efeito, para homens de valor é preferível a morte a uma reputação infame, pois uma é o fim da vida, enquanto a outra, um mal

⁹⁶ MARTINEZ. 2008, p. 9.

⁹⁷ MARTINEZ, 2008, p. 77.

⁹⁸ MARTINEZ, 2008, p. 72

⁹⁹ MARTINEZ, 2008, p. 5.

¹⁰⁰ MARTINEZ, 2008, p. 117.

que acomete.

(trad. MARTINEZ, 2008, p.58)

Como observa Martinez “[...]todo o discurso [sc. DP] é sistematicamente organizado para demonstrar racionalmente a improcedência da acusação.”¹⁰¹ Destarte, a verdade no DP se dá por uma reconstrução dos acontecimentos em dois discursos distintos, tanto uma acusação que se mostra infundada quanto uma construção de uma inocência pela exaustão dos motivos prováveis.¹⁰²

Em SN, temos uma operação de inversão do *Poema* de Parmênides a qual finda por gerar uma ruptura entre ser, pensar/sentir e dizer. Portanto, uma separação entre a realidade e a nossa percepção das coisas (tese da inteligibilidade), dada tal ruptura não poderíamos distinguir claramente os pensamentos-sensações verdadeiras das falsas, muito menos comunica-los com exatidão, pois, também há uma ruptura entre as palavras/discurso (*lógos*) e o pensamento-sensação (tese da incomunicabilidade). Isso se dá pelos domínios distintos que operam os *lógoi*, as nossas percepções cognitivas e as coisas efetivas (*pragma*). Ademais, como ressalta Martinez acerca dessa fragmentação em nosso interior: “[...] parece indicar que o falante não é capaz sequer de constituir um objeto exterior a partir desses sentidos heterogêneos, do mesmo modo que é incapaz de unificar o objeto exterior ou o fenômeno, em *lógos* [...]”.¹⁰³

Como afirmam Cassin e Martinez, esse argumento da heterogeneidade é,

¹⁰¹ MARTINEZ, 2008, p. 91-92

¹⁰² Como nos esclarece Spatharas (2001). Os argumentos de verossimilhança (*eikos*) se trata de argumentos que não são baseados em realidades factuais definitivas, embora seu valor consista na sua capacidade de reconstruir os fatos por experiências comuns compartilhadas por todos (SPATHARAS, 2001, p. 394). Sua primeira indicação de Górgias não preferir esse tipo argumentativo ao invés da verdade factual vem da ausência do uso amplo em EH. De modo distinto, em DP se faz pertinente o uso desse tipo argumentativo, pois Palamedes foi acusado injustamente e também não consegue persuadir unicamente com sua asseveração de inocência (2001, p. 396). Spatharas também aponta uma comparação de nossos dias e assim acaba por corroborar para compreendermos a amoralidade deste padrão argumentativo: “Who, in other words, would today accuse an advocate defending a victim of conspiracy on the grounds of his/her eloquence, especially in a case where the evidence is lacking? (2001, p. 397). Martinez também nos esclarece acerca desse padrão argumentativo: “[...] parece-nos que o sofista *deliberadamente* dá mais espaço ao raciocínio e à argumentação do que à apresentação do que chamamos de fatos, e nisso residiria justamente a singularidade de Górgias. Dessa perspectiva, o recurso de *eikos* como argumento nos parece coerente com a exigência de racionalidade que permeia o discurso, bem como coerente com uma certa concepção de verdade, a verdade como construção discursiva (tal como podemos deduzir a partir de seu *Tratado sobre o não-ser*), que se elabora no discurso e por meio dele, que não se separa, portanto, da forma como é apresentada (e que não é necessariamente oposto ao *eikos*)” (2008, p. 99).

¹⁰³ MARTINEZ, 2008., p. 68.

nas palavras de Mourelatos¹⁰⁴, um “argumento categorial”, ou seja, são de categorias distintas o *ser*, o *pensar/sentir* e o *dizer*.¹⁰⁵ Assim como, o sujeito epistêmico está em “fragmentação” com suas próprias percepções cognitivas, para Mourelatos tal raciocínio se refere a um argumento inter e intra-subjetivo.¹⁰⁶ Em realidade, Cassin também aborda essa problemática da terceira tese, esclarecendo que o cerne da problemática gira em torno das possíveis traduções e sentidos dos adjetivos verbais *parastatikos* (explicativo) e *menytikon* (indicativo, revelador ou para Mourelatos, comemorativo).¹⁰⁷ Retomemos a passagem do SN (Sexto):

(85) Ora, não sendo discurso, não poderia ser mostrado a outrem. Quanto ao discurso, diz Górgias, ele se constitui a partir das coisas que nos sobrevêm de fora, isto é, das coisas sensíveis. Pois é do encontro como sabor que se produz em nós o discurso emitido sobre essa qualidade, e da insinuação da cor, o discurso sobre a cor. E se isso, o discurso não é explicativo do de fora, mas é o de fora que se torna indicativo do discurso.

(trad. MARTINEZ, 2008, p. 40)

Na busca da resolução da problemática, Martinez esclarece que dois autores “seguem o mesmo percurso (para chegar em conclusões opostas, é bem verdade): examinar o uso do termo *mentytikós* por todo Sexto em todas as suas outras ocorrências.”¹⁰⁸ Em suma, as duas autoras concordam com muitas teses de Mourelatos, embora neguem à proposta de tradução de Mourelatos, em que se apoia neste ponto específico, em certa medida em uma concepção de interpretação comportamentalista.¹⁰⁹ Tal concepção behaviorista, que descreve todas as ocorrências em termos de estímulo-resposta, é a de um número expressivo “de lingüistas, de psicólogos, de filósofos nas últimas décadas”. Esta seria exatamente a concepção de Górgias, sugere Mourelatos

¹⁰⁴ Ver MOURELATOS, A. P. D. Gorgias on the function of language. *Philosophical topics*. V.15, n. 2, p. 135-170. 1987. ¹⁰⁴ Está é a uma segunda versão, revisada e aumentada, Cassin analisa as duas versões, vide CASSIN, 2005, p. 49, n. 47. O artigo visa, no resumo apresentado pela autora, expor que a estrutura argumentativa de Górgias evidencia as aporias relacionada a identidade perceptiva, isso é, a incapacidade de remeter a ‘alguma coisa’ (ti pragma) e ‘uma coisa’ dado o encarceramento de cada sentido em seu campo sensorial e o *lógos* sobre si mesmo (CASSIN, 2005, p. 50). Contudo, ela aponta uma objeção proeminente, afirma: “O discurso não significa, nem uma coisa nem alguma coisa, não porque pensar a significação em termo de referência contenha aporias, mas porque o discurso, então, significa” (2005, p. 51).

¹⁰⁵ MARTINEZ, 2008, p. 67 *apud* CASSIN, 2005, p. 50.

¹⁰⁶ MARTINEZ, 2008., p. 70.

¹⁰⁷ MARTINEZ, 2008, p. 72 *apud* CASSIN, 2005, p. 57.

¹⁰⁸ MARTINEZ, 2008, p. 73.

¹⁰⁹ Acerca disso, Cassin afirma “Mourelatos afirma que “Górgias ataca duas concepções sedutoras da natureza do sentido lingüístico, a saber: que o sentido é a referência e que o sentido é a imagem mental ou a idéia”. Os *puzzles* assim armados por Górgias seriam portanto, pode-se imaginar, recorrentes na história da filosofia, até representar um grande papel no desenvolvimento da filosofia analítica de nosso século” (2005, p. 49).

[...].¹¹⁰ Na contramão de Mourelatos, Martinez e Cassin não observam o *lógos* como um “estímulo-substituto”.¹¹¹

Cassin propõe a tradução de *menyein* por “revelar” já que “o discurso não pode representar o real e não tem de fazê-lo, ele não ocupa o lugar de, não faz referência a uma coisa ou uma idéia exteriores a ele.”¹¹² Como esclarece Martinez, acerca da refutação de Cassin: “ela [sc. Cassin] analisa e refuta cada um dos exemplos usados por Mourelatos, para concluir que “as palavras são os verdadeiros estímulos, e nesse caso não se percebe o que elas ainda teriam de ‘substitutivos’””.¹¹³ Como elucida Cassin:

Com o discurso tematizado e praticado pela sofística, trata-se não de um efeito “retórico” sobre o ouvinte (*behaviorismo* pavloviano dos filósofos sobre os quais as palavras só agem por meio de domesticação e na falta das coisas), mas de um efeito-mundo (CASSIN, 2005, p. 56).

Segundo Martinez, o *logos* não nos conduz até as coisas efetivas, isso ocorre não por limite do *lógos*, mas dado seu distinto âmbito. Certamente, a percepção da visão é distinta da percepção auditiva, elas não se contradizem e não são limitadas, mas autônomas entre si, analogamente, dizemos palavras e não entes. Como esclarece Martinez:

[...] a conseqüente impossibilidade de comunicarmos essas coisas (dada a falibilidade do *logos* em representar a realidade exterior a ele), não se constituem, no entanto, em uma limitação da palavra, mas nos remetem à autonomia discursiva, conforme à qual o *logos* não teria como função representar ou explicar o mundo sensível. Com isso, o sofista abria caminho para uma outra concepção de verdade: não uma verdade que transcende o *logos*, mas sim que é construída/moldada a partir do próprio discurso, que não pode ser “revelada”, mas sim demonstrada (MARTINEZ, 2008, p. 100).

A hipótese de uma concepção de verdade em Górgias como construção discursiva é de Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (partindo de uma análise do EH e do SN).¹¹⁴ Percebemos o apoio à tese de Coelho feita por Martinez e a renúncia da

¹¹⁰ CASSIN, 2005, p. 53.

¹¹¹ Para salientar um exemplo das reformulações das questões na ambiência do *idioma behaviorista*: “Basta, conclui Mourelatos, traduzir a expressão arcaica “fazer sair um humor” para o idioma behaviorista: “induzir uma reação fisiológica”, para ter um L. Bloomgiel, um B.F. Skinner ou um C.L. Stevenson” (MOURELATOS, 2008, p. 157-158 *apud* CASSIN, 2005, p. 54).

¹¹² CASSIN, 2005, p. 62.

¹¹³ MARTINEZ, 2008, p.76 *apud* CASSIN, 2005, p. 56.

¹¹⁴ Ver COELHO, M. C. M. N. *Górgias: verdade e construção discursiva*. São Paulo, 1997, Dissertação de Mestrado -USP. Coelho (1997) ressalta que os poderes da persuasão do *lógos* apresentados em EH é uma consequência da sua específica noção de verdade, na qual correspondente a uma construção discursiva. Cf. MARTINEZ, 2008, p.100 n.56.

hipótese de Cassin, em que a palavra/enunciado não é “reveladora” de verdades, mas “estabelecadora” de verdades. Nas palavras da autora:

Com seu discurso, Górgias “constrói” a inocência de Helena, pois não haveria uma realidade prévia à qual corresponderia a verdade. Ela não é culpada nem inocente até que se ‘demonstre’ sua culpabilidade ou inocência, assim como Palamedes poderia convencer os juízes por sua habilidade em construir fatos, mas não por revelá-los (MARTINEZ, 2008, p. 78).

Tal a proposta interpretativa do *logos* como uma instância autônoma corrobora para compreender que a recusa de uma verdade provinda de uma “doação ontológica”, não se trata de uma recusa da noção de verdade em grau absoluto e essa incomunicabilidade não se constitui de uma limitação do *logos*.¹¹⁵ Pelo contrário, como aponta Martinez, “[...] o único modo de se tentar estabelecer qualquer verdade é via linguagem e raciocínio, isto é, demonstrando-a por meio de uma construção lógica-discursiva”.¹¹⁶

¹¹⁵ MARTINEZ, 2008, p. 118.

¹¹⁶ MARTINEZ, 2008, p. 119.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissertamos brevemente neste trabalho de conclusão de curso acerca de algumas interpretações do pensamento gorginiano presente no *Sobre a Natureza ou Sobre o não-Ente* (SN). Observadas as propostas das/os estudiosas/os de articulações dos documentos do autor, traçamos um esboço da articulação desses com o SN.

No SN, Górgias apresenta três teses que questionam o estatuto do conhecimento que advém das coisas efetivas apreendidas pela percepção e se elas podem ser expressadas em palavras/discursos, a saber, (1) nada é; (2) se é, é ininteligível; (3) e se for inteligível, não pode ser expressado aos outros. Essa problemática incide nas distinções entre a realidade/existência, sensação-pensamento e palavra/discurso e impulsiona ao questionamento acerca do conhecimento.

Como o SN nos chegou por duas paráfrases distintas, elas possuem semelhanças e dissemelhanças, e de acordo com a análise das/os estudiosas/os cada uma apresenta uma crítica e informações que permitem interpretações diversas. Como percebemos, é importante observar com cuidado distintas traduções das paráfrases a fim de assinalar as interpretações das/os autoras/es.

Como vimos, os próprios documentos preservados de Górgias têm em certa medida similitudes entre si, como os tipos de padrões argumentativos, concepção das propriedades e fronteira do *logos* em sua relação com o conhecimento das coisas. Resumidamente, no EH se desvela a *dynamis* do *logos* como persuasão e dos efeitos das palavras e das coisas na *psique*, no DP percebe-se a *dynamis* do *logos* em estabelecer verdades discursivas, e quanto os fatos não podem ser revelados. Assim, EH e DP mostram a debilidade da *doxa* perante um *logos* lógico-persuasivo e seu poder de edificação de verdades, ou como insinuação ou como probabilidade (verossimilhança).

Contudo, cada autor/a destaca escopos, aportes e articulações distintas da implicação da concepção de *logos* de Górgias presente no SN, mas os três assinalaram uma interpretação de forma isolada para cada tratado, o qual acreditamos ser um tratamento comum, bem como comparações com outros sofistas retratados por Platão. Mario Untersteiner articula os três discursos (SN, EH, DP) e destaca como o pensamento do sofista tem um entrelaçamento com seu momento literário da época e evidencia como buscou dar uma voz enfática ao aval irracional revelado pela discursividade-lógica. Barbara Cassin, por seu turno, destaca que o SN é um discurso em diálogo com a doutrina de Parmênides e que busca revelar que o *logos* gorginiano evidencia como o *ser* da “ontologia”

é um mero efeito do dizer.

Embora Cassin e Untersteiner realizem interpretação diferente acerca do que o *logos* revela, enquanto as demonstrações enganam para Untersteiner, revelando o trágico do conhecer, para Cassin as demonstrações dizem tudo. De acordo com a tese de Martinez e de Coelho, a autonomia do *logos*, dada as distinções de categoria do ser, pensar-sentir e dizer e a fragmentação da percepção da nossa cognição, propõe compreender que o *logos* gorginiano não tem o intuito de “revelar” e sim de “estabelecer” noções, fundamentos.

Reunindo aqui a hipótese das autoras, cremos que Górgias apresenta um critério de verdade baseado na demonstrabilidade da construção lógica-discursiva do enunciado. Essa leitura nos permite compreender que há uma noção de verdade no pensamento de Górgias, interpretação que o afasta a noção do ceticismo e do relativismo e enfatiza que suas indagações foram e continuam sendo pertinentes aos estudos filosóficos e ao campo próprio da filosofia.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, Norman. **Helen of Troy and Her Shameless Phantom**, Cornell University Press; Edition Unstated. 2008
- BRÍGIDO, Anúzia G. Cavalcante. **Sobre Górgias: Nem ser nem não-ser**. Tese de mestrado. Brasília: UnB, 2016.
- CASSIN, Barbara. **O efeito sofístico: sofística, filosofia, retórica, literatura**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. 1ª edição. São Paulo – Ed. 34, 2005.
- COELHO, M. C. M. N. **Górgias: verdade e construção discursiva**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP. 1997.
- COELHO, M. C. M. N. Górgias Tratado do não-ente e Elogio de Helena. **Caderno de tradução** – USP, [s.v], n.4, p.8-19. 1999.
- CORDERO, Néstor Luis. **A invenção da Filosofia: uma introdução à filosofia antiga**. Tradução de Eduardo Wolf. São Paulo - Odysseus, 2011a.
- CORDERO, Néstor Luis. **Sendo, se é: a tese de Parmênides**. Tradução de Eduardo Wolf. São Paulo – Odysseus, 2011b.
- DIELS, H & KRANZ, W. **Die Fragmente der Vorsokratiker**. Berlim, Weidemann, 1906.
- DINUCCI, Aldo. Apresentação e Tradução do Elogio de Helena de Górgias de Leontinos. **Ethica** - Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.201-212, 2009.
- DINUCCI, Aldo. **Górgias de Leontinos**. 1ª edição. São Paulo: Oficina do Livro, 2017.
- FURTADO, Daniela Brinati. **O ser e o lógos no Tratado do não-ser do Górgias de Leontini**. Monografia de conclusão de curso. Juiz de Fora: ICH/UFJF, 2018.
- JUFFRAS, Diane M. Helen and Other Victims in Euripides 'Helen'." **Hermes**, v.121, n.1, p. 45-57. 1993. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/4476937>>. Acessado em 10 de fev. 2021.
- KERFERD, G. B. Gorgias on Nature or That Which Is Not. **Phronesis**, [s.] v.1, n.1, p.3-25, nov., 1955. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/4181593>>. Acessado em: 16 de abr. 2021.
- LACERDA, T. C. Estrela de. **Contra os Sofistas e Elogio de Helena de Isócrates: tradução, notas e estudo introdutório**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP. 2011.
- LACERDA, T. C. Estrela de. O Elogio de Helena de Isócrates: réplica a Górgias e a unicidade de seu discurso epidítico. **Codex - Revista de Estudos Clássicos**, v.5, n.1 p.61-76. 2017.

MARTINEZ, Josiane T. **A Defesa de Palamedes e sua relação com o Tratado do não-ser, de Górgias**. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/UNICAMP, 2008.

MOURELATOS, A. P. D. Gorgias on the function of language. **Philosophical topics**. v.15, n.2, p.135-170. 1987. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/43154008>>. Acessado em 2 de jul. 2021.

NIETZSCHE, F. **A filosofia na época trágica dos Gregos**. Tradução de Maria Ines Madeira de Andrade. Lisboa - Ed. 70, 2009.

PATRICK, Mary Mills. **Sexto Empírico e O Ceticismo Grego**. Tradução de Jaimir Conte, edição em e-book, Cambridge, Deighton Bel & Co. 2011. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~conte/txt-patrick.html>>. Acessado em 23 de jul. 2021.

PLATÃO. **FEDRO**. Tradução de Rogério G. de Campos. 1ª edição. São Paulo – Hedra. 2016.

SANTOS, Claudiano A. dos. **O Górgias retórico e o Górgias de Platão**. Tese de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2008.

SEGAL, Charles P. Gorgias and the Psychology of the Logos. **Harvard Studies in Classical Philology**, v.66, p.99-155. 1962. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/310738>>. Acessado em 15 de fev. 2021.

SIDER, David. The Blinding of Stesichorus. **Hermes**, v.117, n.4, p.423-31. 1989. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/4476717>>. Acessado em 10 de fev. 2021.

SPATHARAS, D. G. Patterns of Argumentation in Gorgias. **Mnemosyne**, Fourth Series, v.54, n.4, p.393-408, Agosto de 2001. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/4433237>>. Acessado em 4 de set. 2020.

UNTERSTEINER, Mario. **A obra dos Sofistas - uma interpretação filosófica**. Tradução de Renato Ambrósio. 1ª edição. São Paulo - Paulus, 2012.

WOODBURY, Leonard. Helen and the Palinode. **Phoenix 21**, Classical Association of Canada, v.21, n.3, p.157-176. 1967. Disponível em <www.jstor.org/stable/1086742>. Acessado em 10 de fev. 2021.